



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Thalita Fortunato dos Passos

Pobreza e desigualdade social: uma análise da temática nos trabalhos
apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED no período 2003 - 2021

Florianópolis

2023

Thalita Fortunato dos Passos

Pobreza e desigualdade social: uma análise da temática nos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED no período 2003 - 2021

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação defendido no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Adir Valdemar Garcia

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Passos, Thalita Fortunato dos

Pobreza e desigualdade social : Uma análise da temática nos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED no período 2003 - 2021 / Thalita Fortunato dos Passos ; orientador, Adir Valdemar Garcia, 2023.

79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. Pobreza. 3. Desigualdade social. 4. ANPED. I. Garcia, Adir Valdemar . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Pedagogia. III. Título.

Thalita Fortunato dos Passos

Pobreza e desigualdade social: uma análise da temática nos trabalhos apresentados nas
Reuniões Anuais da ANPED no período 2003 - 2021

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em
Pedagogia, na Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 23 de junho de 2023

Prof.^a Dr.^a Simone Vieira de Souza
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora

Prof. Dr. Adir Valdemar Garcia
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jeferson Silveira Dantas
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Olivio
Avaliadora
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof.^a Dr.^a Sandra Luciana Dalmagro
Membro Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta minha jornada e que me ajudaram a realizar esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Finalizar este trabalho foi um processo longo e difícil, mas fico imensamente feliz de ter conseguido.

Gostaria de expressar minha enorme gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Adir Valdemar Garcia, por sua paciência, compreensão e acolhimento ao longo deste processo. Muito Obrigada professor, por sua dedicação e comprometimento comigo.

Aos meus pais, Dilcéia e Lourival e ao meu irmão, Ramires, por estarem sempre presentes em todos os momentos da minha vida me apoiando e incentivando durante toda a minha jornada acadêmica. Pai, Mãe, obrigada por todo apoio, espero um dia poder retribuí-los por tudo. Ramires, obrigada por me ajudar a pensar em um mundo para além de mim, espero estar sempre ao seu lado te apoiando e protegendo.

Agradeço meus sogros Adriana e Gilmar, que se tornaram os segundos pais que a vida me deu, e que também me deram todo o suporte durante minha trajetória nesses últimos anos.

Ao meu companheiro Joréu, meu porto seguro neste mundo. Obrigada por continuar acreditando em mim mesmo quando eu mesma não acreditava.

As minhas amigas Sâmila e Jenifer que estiveram do meu lado desde o início do curso, dividindo todos os momentos felizes e os estresses durante essa jornada acadêmica. Obrigada a vocês por terem feito parte desse momento tão especial e sonhado da minha vida.

Aos professores/as Dr. Jeferson Silveira Dantas, Dr.^a Maria Cecília Olivio e Dr.^a Sandra Luciana Dalmagro por terem aceito o convite em fazer parte da banca do deste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer a todos/as os professores/as que fizeram parte da minha formação ao longo desses últimos anos, e aos colegas que dividiram as salas de aulas comigo, contribuindo para meu crescimento profissional e pessoal. Muito obrigada a todos/as.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, com abordagem quanti-qualitativa cujo objetivo foi compreender como a temática Pobreza e desigualdade social foi tratada nos trabalhos apresentados nos Grupo de Trabalho (GTs), nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), realizadas no período de 2003 a 2021. Considerando a temática pesquisada e a relação desta com a educação, verificamos, após leitura e sistematização, que os textos abordam a temática especificando relações com a questão racial; com a escola como um espaço de inclusão e exclusão social; com o papel do terceiro setor na educação dos pobres; com a questão habitacional e com as políticas de transferência de renda como medida para enfrentamento da pobreza. Os textos evidenciam que a má distribuição de renda, a presença do terceiro setor na educação, o fracasso escolar, revelam uma estrutura social desigual. Com base nos resultados encontrados, as políticas de transferência de renda, apesar das críticas, são colocadas como uma alternativa para solucionar questões imediatas no que tange às injustiças sociais, em especial, no combate à pobreza.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade social. ANPED.

ABSTRACT

This assignment represents bibliographic research with quantitative and qualitative approach aiming to understand how poverty and social inequality was considered in assignments explained from Working Groups (GTs), National Meetings of National Postgraduation Association and Research in Education (ANPED) in the period 2003 and 2021. Following the researched theme and its relationship with education, we will verify after reading and systematization, which these texts approach the theme specifying relationships with racial topics; a school as an inclusion or exclusion social space; a function as the third educational section for needy people; housing topics and income transfer policies as the measures to combat poverty. The texts highlight that the poor income distribution, the third section presences in education and the school failure expose an unbalanced social structure. Following in the results and despite criticisms, the incomes transfer policies are set as alternatives to social injustices troubleshoot and specially the combat poverty.

Key Words: Poverty. Social inequality. ANPED

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de pobreza por ano referência e base no rendimento monetário de até US\$5,50 dólares per capita por dia (%).....	14
Tabela 2 – Frequência com que os termos pobre, pobreza, desigualdade social e PBF aparecem nos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Autores, títulos dos trabalhos selecionados, número e ano da Reunião Anual da ANPED e GT em que os trabalhos foram apresentados.....	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

EED - Departamento de Estudos Especializados em Educação

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PAB - Programa Auxílio Brasil

PBF - Programa Bolsa Família

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima

SAEB - Sistema Nacional de Avaliação de Educação Básica

SCV - Serviço Civil Voluntário

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	MEMORIAL.....	13
1.2	MÉTODO	17
2	O FENOMENO POBREZA: UMA BREVE REFLEXÃO	20
2.1	A POBREZA E A DESIGUALDADE SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE	20
2.1.1	A PERSPECTIVA LIBERAL/NEOLIBERAL SOBRE A POBREZA	23
2.1.2	A PERSPECTIVA SOCIAL-DEMOCRATA SOBRE A POBREZA.....	26
2.1.3	A PERSPECTIVA MARXISTA SOBRE A POBREZA	30
3	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTEXTO	33
3.1	O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO.....	35
3.2	DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA AO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL	36
4	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: COMO OS TEXTOS DA ANPED ABORDAM ESSA TEMÁTICA	39
4.4.1	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL	44
4.4.2	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NA EDUCAÇÃO	50
4.4.3	POBREZA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOB O PRISMA RACIAL.....	52
4.4.4	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E A QUESTÃO HABITACIONAL....	55
4.4.5	POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINIAS	64
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICES	75

1. INTRODUÇÃO

1.1 Memorial

Conforme minha trajetória acadêmica transcorria, aumentavam minhas incertezas a respeito de qual área de conhecimento e qual tema iria escolher para realizar meu trabalho de conclusão. Considerando as diversas disciplinas do currículo do curso, das mais variadas áreas, consegui identificar que meu interesse era maior nos estudos a respeito da educação a partir de questões sociais.

Contudo, apesar de hoje ser mais fácil identificar essa minha área de interesse de estudo, inicialmente foi difícil decidir entre as opções que surgiam no decorrer do curso, já que outras áreas também me despertavam interesse, dentre elas, o estudo de gênero, mais precisamente sobre a sexualização dos corpos femininos infantis, como também, o espaço escolar como um elemento pedagógico em relação ao processo de ensino e aprendizagem.

A vontade de pesquisar sobre a temática deste TCC surgiu durante a disciplina optativa “EED 5229: Educação, Pobreza e Desigualdade”, cursada no ano de 2019. Esta disciplina consta no currículo do Curso de Pedagogia e é aberta para os demais cursos da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma das atividades propostas pelo professor da disciplina foi realizar entrevistas sobre a compreensão a respeito da pobreza e sobre o que achavam do Programa Bolsa Família (PBF). A atividade consistia em conversar com duas pessoas, fazendo as mesmas perguntas para ambas, entretanto, um dos entrevistados deveria ter feito ou estar fazendo parte da academia e o outro não. As respostas compartilhadas em sala me levantaram questionamentos acerca da temática. Até então eu ainda não tinha pensado sobre esse tema para meu trabalho.

Além da disciplina optativa, um segundo motivo que me ajudou no processo de escolha foi a experiência do estágio obrigatório nos anos iniciais na Escola de Educação Básica Padre Anchieta, também no ano de 2019. O público atendido por essa instituição educacional é majoritariamente oriundo das comunidades ao entorno, como por exemplo: Morro do Horácio, Morro do Macaco, Morro da Cruz, entre outras localidades.

Foi durante o período de estágio obrigatório que me deparei com uma situação em sala a qual me levou a refletir sobre como a desigualdade social impede direitos, como o acesso à educação, por exemplo. Certo dia, alguns estudantes questionaram eu e minha dupla no estágio obrigatório se era muito difícil entrar e fazer faculdade. Explicamos que há um certo grau de dificuldade sim, explicamos sobre as possibilidades de cotas para o acesso ao ensino superior público, sobre o ENEM e as formas de ingressar em uma instituição de ensino superior, entre outras coisas. A resposta que recebemos no final da nossa explicação foi que eles sentiam que não eram capazes de entrar por serem muito “burros”.

Vejamos, essa situação me faz questionar em que ambiente social essas crianças, adolescentes e jovens vivem que os faz pensar que não são capazes? Quais ideologias atingem a formação dos estudantes, filhos da classe trabalhadora? Em que condições, efetivamente vivem, para se sentirem tão distantes de algo que deveria estar à disposição de todos/as (o acesso a todos os níveis de ensino)?

No caso desta turma havia uma diferença de idade entre os integrantes, visto que alguns repetiram de ano mais de uma vez, outros abandonaram a escola por uma ou mais vezes, entre outros fatores. Agora, é certo atribuímos a culpa unicamente ao estudante que não se dedicou o suficiente, à família que não acompanha e não se importa tanto com as notas escolares dos filhos, a culpa é dessas pessoas?

Uma escola que atende, majoritariamente, estudantes pobres, não pode entender que essas pessoas deixam seus problemas para fora do muro da instituição. As desigualdades e contradições do sistema capitalista estão inseridas e interligadas em toda a esfera social. Se uma criança não come, como ela vai aprender? Como os pais, que trabalham demais, muitas vezes com nível de escolaridade baixa, vão ajudar seus filhos com as tarefas escolares?

Não nos esqueçamos que o Brasil é um país marcado pela desigualdade social. O poder do capital fica, segundo o IBGE, retido nas mãos de uma parcela pequena da população, enquanto a grande maioria fica à margem. “O IBGE calcula que os rendimentos mensais do 1% mais rico representam 36,3 vezes mais que aqueles dos 50% mais pobres” (OXFAM Brasil, 2018). O contraste social invisibiliza ainda mais os sujeitos que estão na linha da extrema pobreza, pessoas que não usufruem de uma segurança financeira mínima para sobreviver.

A Tabela 1 mostra os índices de pobreza no Brasil no período de 2016 a 2021. Dados dos anos anteriores não estão sendo apresentados devido à dificuldade de tê-los a partir de uma única linha de pobreza. No caso dos dados apresentados, a linha de referência é de até US\$5,50 por dia, considerando o recorte de sexo, cor ou raça.

Tabela 1 - Percentual de pobreza por ano referência e base no rendimento monetário de até US\$5,50 dólares per capita por dia (%)

	Anos					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	25,4	26,5	25,3	27,7	24,2	29,4
Homens						
Branços	15,3	16,7	15,4	12,2	14,7	18,1
Homens						
Pretos ou pardos	33,3	34,1	32,9	35,5	30,0	36,5
Mulheres						
Branças	15,2	16,2	15,2	13,3	15,5	18,6
Mulheres	34,3	34,8	33,5	38,1	31,9	39,0
Pretas ou pardas						

Fonte: IBGE (Sínteses de Indicadores Sociais 2015/2022)

Nos primeiros anos do século XXI, o Brasil era acometido por níveis de pobreza e desigualdades sociais muito altos. A partir de 2003, com a implementação do Programa Bolsa Família, um dos principais programas de transferência de renda, que tinha como objetivo reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, o país passou de 23,9% da população em algum nível de pobreza para 9,6% em 2011 (IPEA, 2013). Cabe ressaltar que os estudos sobre os índices de pobreza até 2003 tinham por base, principalmente, a linha de pobreza de US\$1,90. Com o PBF, as linhas referência passaram a ser as definidas pelo próprio governo federal. A utilização da linha de pobreza de US\$5,5, pelo IBGE, a partir de 2016, mostra um aumento substancial nos níveis de pobreza, conforme mostrado na Tabela 1.

Dentro do cenário político, em 2016 a então presidenta Dilma Rousseff foi alvo de um golpe político, sofrendo um processo de impeachment, fazendo com que o seu vice, Michel Temer, assumisse a presidência do país até 2018. Nos anos em que presidiu, Temer assinou medidas de ajustes fiscais e reformas econômicas, entre elas a PEC 241, que se tornou a Emenda Constitucional número 95/2016, com objetivo de

controlar os gastos públicos, impactando diretamente na diminuição de investimentos em políticas públicas. Ou seja, essa Emenda afetou o gasto público em áreas sociais como educação, saúde entre outras, diminuindo a capacidade do governo em ampliar e melhorar os serviços destinados à população.

Para além desse retrocesso no que diz respeito às políticas sociais, com a vitória de Bolsonaro em 2018, a área social continuou em segundo plano. Através do enfraquecimento do setor social do governo e com o surgimento de uma pandemia global em 2019, Covid-19, os índices de pobreza e desigualdades aumentaram, impactando significativamente a vida da população brasileira. Perda de renda, dificuldade no acesso à saúde e educação, insegurança alimentar, alcance limitado a serviços públicos, além das milhares de mortes ocasionadas pela pandemia, mais de 700 mil, a situação, que a partir de 2016 estava ruim para a classe trabalhadora desse país, despencou nos anos seguintes.

No momento em que ocorria a pandemia de Covid-19, mudanças no cenário da política pública foram encaminhadas pelo governo Bolsonaro, como a substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil. Essa mudança fez com que o foco da minha pesquisa se modificasse. Inicialmente tinha como objetivo identificar quais os impactos do Bolsa Família na vida dos estudantes beneficiários, mas preferimos seguir uma pesquisa a partir da temática pobreza e desigualdade e como a mesma foi abordada nos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

O presente trabalho tem como **objetivo geral** analisar como a temática pobreza e desigualdade social foi discutida nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2003 a 2021. Os **objetivos específicos** traçados foram: 1) Realizar uma revisão bibliográfica a respeito dos fenômenos pobreza e desigualdade social; 2) Apresentar dados sobre pobreza e desigualdade social no Brasil de 2003 a 2021; 3) Levantar os trabalhos que trataram a temática pobreza e desigualdade social nas Reuniões Anuais da ANPED no período de 2003 a 2021 e; 4) Identificar a frequência com que a temática "pobreza e desigualdade social" aparece em trabalhos apresentados nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) no período de 2003 a 2021.

1.2 Método

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se de análise de conteúdo. Segundo Lima e Miotto (2007, p 38), “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.” De acordo com Bardin (1977), a técnica de análise de conteúdo é sistematizada em três etapas, sendo elas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, interferência e a interpretação.

Considerando o objetivo da pesquisa, é necessário discorrer brevemente sobre a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A ANPED é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1978 com o objetivo de desenvolver, fortalecer e fomentar o ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, operando como um espaço de discussões políticas e científicas sobre as temáticas da área, sendo referência na produção de pesquisa no campo da educação brasileira. Dentro da ANPED, algumas atividades estão organizadas dentro dos Grupos de Trabalhos (GTs), reunindo pesquisadores interessados na área de conhecimento qualificado e especializado da educação.

Na 23ª Reunião da ANPED, realizada em 2000, o número de GTs presentes era 20, já na 25ª Reunião, de 2002, o número de GTs passou a ser 21 a partir da incorporação do GT Educação e Relações Étnico-raciais. Em 2003, quando ocorreu a 26ª Reunião da ANPED, foi adicionado o GT 22 (Educação Ambiental) e, na Reunião seguinte, o GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação). A última alteração no número de Grupos de Trabalhos ocorreu na 32ª Reunião Anual, no ano de 2009, incluindo o GT 24 (Educação e Arte). Com isso, de 2009 até sua última edição - 40ª Reunião Nacional da ANPED - em 2021, o total de GTs é de 24. Outro aspecto referente à ANPED diz respeito à periodicidade das Reuniões Nacionais que, até 2013, ocorriam anualmente, passando a acontecer a cada 2 anos a partir daí.

Elegemos os trabalhos apresentados nos GTs: 2 (História da Educação); 3 (Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos); 5 (Estado e Política Educacional); 6 (Educação Popular); 9 (Trabalho e Educação); 13 (Educação

Fundamental); 14 (Sociologia da Educação); 18 (Educação de Jovens e Adultos); 21(Educação e Relações Étnico-Raciais), considerando a afinidade entre a temática pesquisada e as áreas de estudo abarcadas pelos mesmos. A definição do período, englobando as reuniões realizadas entre 2003 e 2021, se deu em função da criação do Programa Bolsa Família ter ocorrido em 20 de outubro de 2003, pela Medida Provisória 132, transformada na Lei N. 10.836/2004, em 9 de janeiro de 2004.

Para verificar se a temática aparece nos trabalhos apresentados nos GTs definidos, bem como a frequência com que aparece, foi feita a busca pelos termos “pobre”, “pobreza”, “desigualdade social” e “Programa Bolsa Família”. Inicialmente, pesquisamos os termos em todos os trabalhos apresentados nesses GTs. Cabe ressaltar que os trabalhos da 33ª Reunião não foram analisados devido a um problema no site da ANPED que não permitiu acessar os materiais. Também tivemos problemas com os trabalhos do GT 18, da 39ª Reunião Anual, que não estavam disponíveis. À medida que um ou mais termos eram encontrados, os trabalhos eram salvos em uma tabela do Excel, onde registramos os termos, o número de vezes que apareciam, o título do trabalho, autor/a e o link onde o trabalho poderia ser encontrado. Também foi construído um quadro mostrando o total de textos publicados em cada GT, em comparação com o total daqueles que continham os termos citados com o objetivo de verificar o interesse com relação à pesquisa sobre a temática.

Após esse levantamento, iniciamos a leitura dos trabalhos selecionados e passamos à análise sobre como a temática pesquisada foi tratada pelos/as autores/as, para cotejar com o referencial teórico sobre a temática. Esse processo inicial consistiu em trazer todas as produções que citassem algum ou alguns dos termos, não nos importando ainda com o tratamento dado a eles. Nesse primeiro levantamento geral, considerando o período 2003/2021, selecionamos 940 produções textuais. Dessas 940, verificamos que na maior parte os termos não eram discutidos de maneira mais desenvolvida, sendo os termos pobre e pobreza utilizados, simplesmente, para fazer referência a sujeitos (pobres) ou adjetivar situações, regiões condições, a exemplo dos textos abaixo:

O adjetivo “de precariedade” só pode ser entendido se somado ao substantivo “social”, assim o termo mais adequado seria território de precariedade social, pois explica o fato de que o maciço do Morro da Cruz é uma das **regiões**

mais empobrecidas, vulneráveis e violentas da cidade de Florianópolis (MARCASSA; CONDE, 2019, p.2).

Tal como nos sugere Bori e Durham (2000), o fato é que as barreiras de acesso ao ensino superior público têm sido quebradas por um grupo de estudantes pobres que em suas trajetórias escolares ingressam e permanecem nas universidades públicas. O que favorece a alguns jovens fugir do “destino” de marginalidade e exclusão? Esse é um dos aspectos que nos interessa aprofundar (TEIXEIRA; SILVA, 2009, p. 6).

Inicialmente, foi feito um levantamento dos termos em todos os textos dos GTs selecionados, colocando-os em uma tabela de Excel com a quantidade de vezes com que os termos apareciam. Em seguida, foi feita uma filtragem, selecionando os textos onde os termos mais apareciam. À medida que ia procurando e encontrando-os, já verificava se o tratamento dado ia para além da simples citação dos mesmos, não implicando em uma discussão maior da temática, a exemplo das citações acima. Ao final, foram selecionados os textos que, de certo modo, abordavam a temática “pobreza e desigualdade social” de modo mais analítico.

Este TCC está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, dissertamos sobre o fenômeno pobreza e desigualdade social, apresentando como os mesmos são tratados a partir das perspectivas liberal/neoliberal, socialdemocrata e marxista. Neste mesmo capítulo fazemos uma contextualização do Programa Bolsa Família até sua substituição pelo Auxílio Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos os dados quantitativos, bem como fazemos a análise qualitativa sobre a forma como a temática foi discutida nas Reuniões Anuais da ANPED, a partir dos trabalhos selecionados, e, por fim, apresentamos as considerações finais a respeito da pesquisa.

2. O FENOMENO POBREZA: UMA BREVE REFLEXÃO

A pobreza é um fenômeno histórico, antecedendo o modo de produção capitalista. Sua compreensão implica na análise de contextos sociais, políticos e culturais distintos e, no capitalismo, vem sendo tratada de maneira contraditória considerando o discurso e a prática em torno de sua análise. No entanto, essa ambiguidade também esteve presente na era pré-industrial.

Garcia (2012), em seu livro “A pobreza humana: concepções, causas e soluções”, faz uma análise sobre o fenômeno pobreza, destacando alguns aspectos deste na era pré-industrial. No decorrer da Idade Média, a terminologia “pobre” era usual em duas situações: primeiro para categorizar aqueles que não tinham o mínimo necessário para subsistência e, segundo, abarcava pessoas que abdicaram de bens materiais, escolhendo a pobreza por motivos religiosos. Nesse contexto, a segunda situação de pauperismo era a única valorizada.

Tendo como premissa os estudos de Castel (1998), Garcia (2012) destaca a “economia da salvação”, diretamente ligada à religião, como uma medida para gerir a pobreza na idade média. Desta forma,

A “economia da salvação” significava que o pobre poderia servir de instrumento para o rico praticar a caridade, considerada a suprema virtude cristã, o que lhe permitiria a salvação. Castel observa, porém, que mesmo que o auxílio à pobreza fosse considerado um meio para chegar à salvação, a pobreza não era “amada por si mesma”, tampouco que se gostava do pobre enquanto pessoa (GARCIA, 2012, p.32).

Além dos que abriram mão dos bens materiais, motivados pela religião, o outro grupo de pobres era composto por pessoas que não tinham o “mínimo” necessário para subsistência. “O estabelecimento desse “mínimo” é que se torna o grande problema, não “resolvido” até hoje, tendo em vista todas as discussões em torno da sua definição” (GARCIA, 2012, p.36).

2.1. A pobreza e a desigualdade na contemporaneidade

Durante a era pré-industrial, o fenômeno pobreza não dispunha de uma definição unânime. De certa forma, isso é melhor definido com o amadurecimento do

sistema capitalista. Conforme Garcia (2012), a pobreza passa a ser entendida, de modo geral, como “falta” do necessário para sobreviver. O grande problema passou a ser a definição do significado dessa “falta”. De acordo com o autor, as discussões sobre esse aspecto se dividiram, de modo determinante, em duas explicações: a que se pautava na falta de bens materiais para o gozo de uma vida considerada socialmente aceitável (a pobreza econômica), e a pautada na falta de participação política da população empobrecida em função de não entender e reconhecer a sua condição, o que foi definido por Demo (1996), citado por Garcia, como “pobreza política”.

Com o avanço da história e, principalmente, a partir da sedimentação do modo de produção capitalista, a pobreza ganha novos contornos, passando a se configurar, de modo geral, como um problema social, mesmo que até hoje ainda seja apontada a responsabilidade individual por estar nessa condição. Por sua vez, o trabalho passa a ser o elemento central para as análises sobre pobreza. Nesse sentido, Garcia (2012), com base em Castel (1998), destaca que se em meados do século XIV, o pauperismo foi atribuído à ausência de um mercado de trabalho, no início do século XIX, sua produção e reprodução se deram pela liberação selvagem desse mercado. Já no final do século XX, a questão do pauperismo passa a ser relacionada à escassez de vagas de trabalho.

Ao debater sobre esse fenômeno, Silva (2015) apresenta algumas categorias teóricas de pobreza, ao analisar literaturas internacionais a respeito da sua evolução. Segundo a autora, nos anos de 1950 a 1970, há um movimento de queda do pauperismo nos países desenvolvidos.

No decorrer desse período, a autora destaca que há uma elevação de renda, reduzindo índices de fome, explicando esse movimento. Contudo, a partir de 1985 todo esse cenário começa a mudar e os coeficientes de pessoas vivendo em pobreza absoluta¹ aumenta. Em contrapartida, a economia global permanecia numa crescente positiva em paralelo ao aumento da pobreza.

¹ Pobreza absoluta: “Viver com menos de 3,20 dólares (cerca de 11,90 reais) por dia reflete a linha da pobreza em países de renda média-baixa, enquanto 5,50 dólares (cerca de 20,45 reais) por dia é a linha-padrão para países de renda média-alta, de acordo com relatório bienal do Banco Mundial sobre Pobreza e Prosperidade Compartilhada, intitulado ‘Montando o Quebra-Cabeça da Pobreza’.” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018) Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/81337->

Conseqüentemente, “a pobreza cresça junto com a desigualdade social”. Segundo a autora, um dos principais fatores para o aumento crescente do pauperismo, na conjuntura dos anos 90, foi o “Consenso de Washington” (SILVA, 2015, p.02). O Consenso foi responsável por popularizar o neoliberalismo na América Latina, assegurado em argumentos de que tais medidas como ajuste fiscal e monetário, corte de gastos sociais, privatizações, entre outras, ajudariam o Estado economicamente e estabeleceriam a igualdade social. Contudo, no final dos anos 90 pôde-se perceber que o Consenso de Washington não trouxe os resultados previstos.

As explicações e definições da pobreza ocorrem em diferentes campos teóricos. Silva (2015), em sua análise sobre a temática, acentua a explicação teórica de Altamir (1981) sobre esse fenômeno, em dois campos teóricos. O primeiro campo é o “esquema valorativos conservadores”, no qual há um acúmulo de conseqüências do próprio sistema, restringindo a pobreza apenas às estatísticas. Em contrapartida, o “esquema valorativo igualitarista e participativo”, diretamente relacionado à satisfação das necessidades humanas básicas, entende a pobreza como a privação de um conjunto de fatores que implicam na satisfação das necessidades básicas.

A autora faz um estudo sobre as abordagens culturais da pobreza e destaca a importante tese de Lewis (1951-1983), intitulada “Subcultura da pobreza”, correspondendo à maneira como os sujeitos que se encontram nessa condição reagem e se ajustam dentro da sociedade capitalista que marginaliza, secciona classes e prega o individualismo. Para Lewis (1951-1983), a “subcultura da pobreza” ultrapassa barreiras nacionais, regionais e geracionais.

Dentro das abordagens estruturais, a cultura da pobreza é vista como conseqüência e não como geradora de pobreza. As determinações estruturais são a gênese desse fenômeno. Segundo Paugam (1993, p.21), os pobres são excluídos de setores da sociedade como mercado de trabalho e instituições oficiais por falta de renda estável e erudição, impossibilitando-os uma ascensão social, sendo submetidos a manter-se em extrema exclusão. Sílvia (2015, p. 15) comenta como o “pressuposto básico é de que a exploração é intrínseca à constituição do sistema de produção capitalista que se funda na separação do trabalhador dos meios de produção, levando

à concentração da propriedade nas mãos de poucos - os capitalistas”. Ou seja, há uma ambiguidade no discurso que prega o mérito individual em busca de uma elevação social dentro de uma sociedade capitalista que, para existir, precisa dessa distinção de classe.

Contudo, a pobreza está presente na sociedade antes do capitalismo. No entanto, refletir sobre suas causas e soluções propostas para seu controle, ou como pretendem alguns, sua erradicação, nos parece uma questão fundamental. Para tanto, apresentamos uma breve reflexão sobre isso a partir de três perspectivas teórico-políticas: liberal/neoliberal, socialdemocrata e marxista, delimitando o que cada uma considera a gênese desse fenômeno e as soluções para tal.

2.1.1 A perspectiva liberal/neoliberal sobre a pobreza

O liberalismo é uma doutrina econômica que prega a ausência do Estado na economia, defendendo a propriedade privada e o livre mercado. Discorrendo um pouco sobre as causas e soluções da pobreza no âmbito liberal, Garcia (2012), traz alguns autores representantes dessa corrente que apresentaram componentes definidores do fenômeno pobreza, com pontos de vista distintos com relação ao papel do Estado no combate à pobreza.

Galbraith (1979), considerado por Garcia (2012), um liberal, diz que além do aumento da taxa de natalidade, o capital insuficiente e atraso tecnológico, a causa mais importante da pobreza de massa é a tendência à acomodação. Para Galbraith (1979), países ricos apresentam predisposição para o acréscimo da renda, já os países pobres inclinam-se para a conservação da pobreza pendendo para um equilíbrio. Isto significa dizer que a acomodação está presente em ambos os cenários, mas com finalidades distintas, visto que, no primeiro caso traz melhorias e, no outro, falta de motivações. Essa falta de motivação é um problema estrutural nos países pobres, uma vez que Galbraith acredita que mesmo quando ocorrem tentativas de fuga, dentro das nações empobrecidas surgem forças de cunho social e biológicos com intuito de impedir essa melhoria, constituindo um espaço propício à manutenção da cultura da pobreza (GARCIA, 2012).

Segundo Garcia, com base nos estudos de Galbraith, “aculturação - na acomodação à cultura da pobreza”, é, para o autor, a maior diferença em relação aos países ricos e pobres, tendo como o fator mais imprescindível para a manutenção do equilíbrio da pobreza, a “[...] falta de aspiração, a falta de esforço para sair dessa condição” (GARCIA, 2012, p.69). Ou seja, “‘lutar’ significaria lutar contra o impossível, e neste caso, os pobres preferem a resignação à frustração, sendo a religião um dos elementos reforçadores dessa resignação. Mas essa acomodação não é completa, mesmo nos países mais pobres” (GARCIA, 2012, p. 69).

Conforme Garcia (2012), combater a acomodação e favorecer a saída dessa condição são as duas linhas de ataque à pobreza, apresentadas por Galbraith (1997), para quem devem ser oferecidas possibilidades para ir contra a acomodação, sendo a educação e o “trauma”², apresentados para isso. É necessário que políticas de auxílio sejam implementadas, favorecendo a saída da acomodação, dado que, na visão de Galbraith, apesar de a educação mostrar-se como um fator imprescindível e necessário, apenas ela, não é insuficiente para superar a acomodação.

Galbraith defende a intervenção do Estado na luta contra a pobreza para a construção da “sociedade justa”, defendendo que todos devem ser amparados, em primeiro lugar, assegurando oportunidades de empregos. Contudo, para Galbraith, segundo Garcia (2012, p. 72),

A recorrência à assistência social não deveria se tornar necessária em função da falta de empregos. Mas, mesmo com a garantia de empregos, o autor defende uma rede de segurança para todos. Destaca o fato de alguns optarem por não trabalhar e que isto deve ser aceito, apesar de considerar esse “ôcio socialmente remunerado” uma afronta. Para evitar que isto aconteça, deve ser exercida uma pressão pública no sentido de forçar os indivíduos capazes a ingressarem no mercado de trabalho.

Em síntese, apesar da imputação de certa responsabilidade ao Estado para com a solução da pobreza, ao fim e ao cabo, é o mercado o *locus* reconhecido pelo autor, ou seja, mesmo que o Estado tenha que atuar inicialmente, é no mercado que essa questão social deve ser tratada posteriormente. Afinal, ao ter as condições

² Segundo Galbraith, o trauma pode ser representado por: “escassez de víveres, depredação militar, pogroms, expulsão de grupos étnicos ou religiosos indesejáveis ou dissidentes, e proprietários com o objetivo de melhorar o aproveitamento das suas terras” (GARCIA, 2012, p. 93).

iniciais para o ingresso no mercado de trabalho, cabe à população empobrecida manter-se fora, por esforço próprio, dessa condição (GARCIA, 2012).

Outro autor mencionado por Garcia (2012) é Dahrendorf (1992). Este autor aponta o desemprego como a causa maior do pauperismo. Por isso, destaca a importância do pleno emprego, compreendendo que a pobreza ainda resistirá mesmo para os cidadãos empregados. Na sua compreensão, mesmo que pessoas empregadas não tenham plenas condições de terem todas as suas necessidades supridas, ainda assim, estar empregado é fundamental. Por isso, concorda com a flexibilização do trabalho, mesmo que isso o torne mais precário, pois ajudaria na possibilidade de manutenção de postos de trabalho, fundamental para busca e garantia do pleno emprego.

Em relação às medidas de resolução e saída das pessoas da esfera da pobreza, Dahrendorf, segundo Garcia (2012), pontua que “políticas gerais” são insuficientes e não oferecem condições reais para que ocorra essa saída. Por isso, defende oportunidades educacionais e a possibilidade da garantia de uma “renda básica para todos”, renda essa que não deveria competir com os salários normais.

Já do ponto de vista neoliberal, Garcia (2012) faz referência a Hayek (1985), o qual defende uma visão mais rígida e inflexível para que não ocorra uma ampliação do papel protetor do Estado. Os neoliberais defendem a ideia de um Estado ainda mais ausente, que se responsabilize apenas por aquelas pessoas que não apresentam nenhuma condição de sobreviver sem auxílio (inválidos, crianças sem nenhum responsável que possam prover sua subsistência, idosos sem nenhum amparo familiar, entre outros).

A perspectiva neoliberal avança a passos largos no mundo como um todo e, segundo Antunes e Pochmann (2007, p. 208),

A globalização neoliberal rompeu com o curso do quase pleno emprego e da proteção social ampliada instalada em várias nações do mundo. Mesmo na periferia do capitalismo, que jamais registrou um patamar de conquista dos trabalhadores equivalente ao das economias avançadas, houveram melhoras importantes em relação ao começo do século 20.

Esse avanço do neoliberalismo leva a um aumento substancial do uso de formas de controle e segregação de parte da população. Nesse sentido, Bialakowsky, López e Patrouilleau (2007) tratam do que chamam de “populações extinguíveis”.

Para Cattani (2007), o capitalismo desenvolveu novas maneiras de apropriação de riqueza, consequência da exploração e empobrecimento dos trabalhadores, deixando rica uma pequena parcela da população. Segundo o autor, a riqueza concentrada por grupos cada vez menores, traduz-se em possibilidades de gastos supérfluos que superam em muito os recursos destinados a programas sociais de combate à pobreza.

Estudar e pesquisar sobre o pauperismo tem sido algo feito pelas ciências sociais, diferentemente de quando a temática da pesquisa é a riqueza. Para Cattani (2007, p. 213), “as formas de apropriação da riqueza e sua concentração em poucas mãos são definidas pela lógica ‘normal’ do capitalismo, qual seja a extração da mais valia na esfera da produção.” Portanto, a ideia de que a acumulação de riqueza é normal, serve como barreira ideológica ao seu questionamento.

De acordo com Cattani (2007, p. 221), citando Schwartzman (2004), “considera-se a pobreza inaceitável, mas todas as reflexões e propostas práticas para eliminá-la estão baseadas no mesmo princípio: crescer e distribuir com mais justiça os frutos do crescimento, sem tocar nos privilégios.”

Na contemporaneidade, o neoliberalismo reduz a pobreza ou é sua principal causa? Alguns autores afirmam que o neoliberalismo é uma alternativa para a saída da pobreza, argumentando que algumas vezes a baixa remuneração é melhor do que nada, permitindo-o crescer. Todavia, essa narrativa de ascensão, que difere da prática, não mantém ainda mais os sujeitos em condições de exploração?

Os discursos liberais e neoliberais sempre utilizam o termo liberdade, mas liberdade para quem? Quais pessoas usufruem integralmente dessa liberdade? Contudo, a nosso ver, é uma real liberdade para uma classe, sendo essa, a mesma que detém os meios de produção e é uma parcela minúscula de toda a sociedade, acumulando cada vez mais riquezas, inflando os índices de desigualdades mundiais.

2.1.2 A perspectiva socialdemocrata sobre a pobreza

Ainda tendo como base os estudos desenvolvidos por Garcia (2012), neste subtópico, apresentamos alguns autores que discutem o fenômeno pobreza a partir da perspectiva socialdemocrata.

A socialdemocracia é um movimento político do século XIX, inicialmente vinculado à esquerda política de viés comunista. Contudo, quanto mais força esse movimento foi ganhando, mais foi se distanciando de suas propostas iniciais, posicionando-se não mais como esquerda, mas como centro-esquerda, defendendo um Estado forte, que implementasse reformas sociais, mas sem defender o fim da estrutura social capitalista. Com relação à pobreza, a perspectiva socialdemocrata defende que existe a possibilidade do seu controle de modo sustentável, o que levaria à possibilidade de erradicação do fenômeno dentro do capitalismo. A socialdemocracia acaba por adotar os princípios do liberalismo, conforme Garcia (2012, p. 91), “[...], não para descartá-los, mas com o objetivo de levá-los à realização. A história mostrou, principalmente, que nem tudo depende da vontade, esforço ou capacidade individual. A social-democracia faz o que chamo de ‘correção’, na interpretação liberal, mas não abandona seus princípios.”

Isto é, as ideias defendidas pelo liberalismo/neoliberalismo são pautadas muito na esfera individual, e ficam aprisionadas no discurso, dado que existem realidades de vida onde apenas a vontade pessoal e determinação, por exemplo, não serão suficientes para alcançar esses ideais. E essa “correção” que a socialdemocracia faz, como nomeia o autor, é olhar para as adversidades sociais presentes na sociedade e buscar maneiras e ferramentas para efetivar e pôr em prática os objetivos por trás desses princípios. Esse olhar cabe ao Estado, o qual deve proteger e prover esses recursos para retirar as pessoas da condição de pobreza.

Abranches (1987) é um dos autores que Garcia (2012) apresenta em sua obra para falar um pouco sobre o sentido da pobreza, considerando a perspectiva socialdemocrata. Segundo Abranches,

[...] a miséria é filha do subdesenvolvimento, mas não é qualquer modo de desenvolvimento que a faz desaparecer. Na verdade, um estilo de crescimento que mantenha as pautas de exclusão social, econômica e política pode tornar-se seu padrasto. Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção. Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem estar (ABRANCHES, 1987, apud GARCIA, 2012, p. 92).

Em outras palavras, o desenvolvimento que enfatiza apenas o aspecto mercantil, sem se preocupar com a elaboração de estratégias e de políticas públicas

para assistir a parcela da população que se encontra em condição de pobreza, não terá efetivação alguma na superação desse fenômeno

Segundo Garcia (2012), para Abranches (1987), a superação da pobreza é um problema inerente ao capitalismo. Contudo, não é necessário a queda desse sistema para a saída das pessoas dessa condição. Afinal, Abranches “[...] atribui ao Estado a tarefa de eliminar o que ele chamou de ‘focos estruturais de pobreza’ [...]” (GARCIA, 2012, p. 95).

Hadad (1998), também citado por Garcia (2012), assim como Abranches (1987), defende a ideia de superação do fenômeno pobreza dentro do capitalismo, apesar de acreditar que é o mesmo que favorece essa condição. Para o autor, o Estado e o mercado não são suficientes para tirar as pessoas do pauperismo. Por isso, defende a consolidação do “Terceiro Setor”, o qual seria responsável por combater, prioritariamente, a pobreza absoluta.

Outro autor analisado por Garcia (2012) foi Dupas (1999). O mesmo aborda a pobreza a partir da exclusão. Para ele, um fator que contribuiu para o modelo de pobreza contemporâneo foi o vínculo entre o desemprego e a globalização, bem como a falha do Estado na garantia dos direitos sociais, devido às reformas que ocorreram. Além da globalização, o autor também destaca a revolução tecnológica que, segundo ele, cumpre um papel importante quando se trata do sentimento de exclusão social. Ou seja, esse sentimento se dá não apenas por não ter acesso ao suprimento das necessidades básicas, mas por não ter acesso àquilo que alguns grupos sociais têm. Nesse sentido, o sentimento de exclusão não ocorre apenas na população pobre, mas também naquelas que não têm acesso a esses bens e serviços derivados do avanço tecnológico.

Salama e Destremau (1999), veem a pobreza como um problema que tem sido analisado a partir dos aspectos político, econômico e ideológico. De acordo com os destaques de Garcia (2012), os autores frisam que no âmbito político ela coloca em risco a coesão social; na esfera econômica é considerada um percalço, uma trava no desenvolvimento, visto que há um aumento na demanda de programas sociais, além da diminuição fiscal como consequência. Por fim, no campo ideológico, o problema está presente nos registros éticos, religiosos ou não.

Os autores também associam o pauperismo à "falta de recursos materiais básicos" para a manutenção da vida, assim como uma violação dos direitos humanos. Garcia (2012, p. 102), referindo-se a Salama e Destremau, diz que,

Para os autores, a compreensão da pobreza como uma violação dos direitos do homem é embrionária. Se este tipo de interpretação tende a se impor nos países capitalistas avançados, o mesmo não acontece em relação aos países pobres, estando ausente na maioria dos discursos oficiais desses países, com exceção dos discursos religiosos da Teologia da Libertação e dos comitês e organizações que defendem o direito dos mais pobres.

De acordo com os autores socialdemocratas, muitos aspectos contribuem para manter os sujeitos em condição de pobreza. Esses aspectos passam por

dimensões individuais e sociais, nacionais e globais, expressando a complexidade do fenômeno. Desemprego; má distribuição de renda; precarização do trabalho e diminuição dos níveis salariais; crescente especialização em termos de capacidade profissional, o que condena muitos a estarem excluídos do mercado de trabalho; subordinação ao imperialismo, o que faz com que algumas regiões – aqui destacada a América Latina – não se desenvolvam, permanecendo pobres; falta de um Estado de Bem-Estar social que garanta políticas sociais eficientes e universais; a globalização excludente; a falta de cidadania, que por sua vez dá origem à "pobreza política", calcada na falta de poder do pobre para se libertar dessa condição; a impossibilidade de colocação de todos no mesmo patamar de consumo em função das próprias limitações socioambientais, o que coloca grupos populacionais em condição bem inferior. Logicamente, todas essas causas são apresentadas como estando relacionadas à aplicação do 'receituário neoliberal' (GARCIA, 2012, p. 297).

Todavia, como aponta Garcia (2012), embora essa perspectiva comente muito sobre os fatores sociais: desemprego; má distribuição de renda; precarização do trabalho, como fatores produtores desse fenômeno, não se pode ignorar a "responsabilidade individual" a qual a socialdemocracia atribui ao sujeito em condição de pobreza. Com isso, apesar de o Estado ser posto como responsável por oferecer as condições necessárias para a superação da pobreza por meio de políticas compensatórias, investimentos em educação e empregabilidade, a ação é, em primeiro plano, individual.

Segundo a concepção socialdemocrata, a resposta para a superação da pobreza não se enquadra diretamente no rompimento com o sistema capitalista. Para os autores que representam essa perspectiva política, o Estado é o responsável por oferecer as condições necessárias para aplacar/erradicar a pobreza. Sendo assim,

conforme Garcia (2012), esses autores defendem não uma superação do capitalismo, mas sim, da perspectiva liberal/neoliberal.

Para Garcia,

Deve ficar claro que as críticas são direcionadas a um determinado modelo, ou seja, são direcionadas a um modelo que causa cada vez mais desigualdade e que destrói o meio ambiente. Por isso, a solução para problemas como a pobreza está na 'correção' desse modelo que, em primeiro plano, passa por escolhas governamentais voltadas ao interesse de todos. Mesmo que, em alguns momentos, críticas sejam endereçadas ao capitalismo enquanto sistema de produção e reprodução da vida **há uma aceitação desse modo de produção**. Como já me referi antes, o capitalismo passa a ser 'a ordem' e não 'uma ordem' (GARCIA, 2012, p. 301, grifo meu).

Considerando o exposto, devemos perguntar: Como o pauperismo pode ser superado dentro de um sistema cujo objetivo é o lucro, o acúmulo de riqueza e a defesa da propriedade privada dos meios de produção?

2.1.3 A perspectiva marxista sobre a pobreza

Como aponta Garcia (2012, p. 294), a teoria marxista “[...] oferece um conjunto de argumentos que consegue explicar a pobreza, a partir da análise da produção e reprodução do capital, contrapondo-se ao liberalismo/neoliberalismo e à social-democracia.”

Diferente das perspectivas anteriores, a marxista atribui ao próprio sistema vigente a necessidade da produção da pobreza, gerando, conseqüentemente, uma gigantesca desigualdade social entre as classes. Se a pobreza é fomentada por esse sistema, como superá-la?

Para Marx, a pobreza resulta da própria lógica do capitalismo. Com base em Soto (2003), Garcia conclui que a

pobreza tem, então, um duplo papel na sociedade capitalista: é efeito do regime de acumulação desse modo de produção e também é condição determinante desse processo de acumulação. Isto significa dizer que o aumento da pobreza indica o aumento da concentração de riqueza nas mãos de um grupo cada vez menor de capitalistas (GARCIA, 2012, p. 325).

Por essa razão, enquanto existir uma classe dominante a explorar a classe trabalhadora, a pobreza e as desigualdades sociais se mantêm. Mesmo que a classe trabalhadora seja livre para escolher vender ou não sua força de trabalho, sua sobrevivência, em última instância, deve ser mantida por meio do salário. Mesmo que

haja a defesa, principalmente feita pelos socialdemocratas, de que o Estado deva promover políticas de combate e erradicação da pobreza, a empregabilidade é o meio defendido para que as pessoas não se encontrem nessa situação. Os meios de produção não estão em poder da classe trabalhadora, e na lógica capitalista, a produção não tem por objetivo central o atendimento das necessidades humanas em si, mas sim, atender as necessidades do capital. É necessário lembrar que o próprio salário, resultado da venda da força de trabalho, pode não ser suficiente para que as pessoas fiquem fora da condição de pobreza. Garcia, ao referenciar Marx, fala que

[...] ao considerar o valor da força de trabalho em contraposição, em alguns momentos, ao preço pago por ela, pode-se afirmar que uma grande proporção de trabalhadores estaria na condição de pobreza, considerando que pobre é aquele que não tem o que é necessário para viver conforme os padrões exigidos socialmente. [...]. (GARCIA, 2012, p. 318).

Dentro dessa lógica, a classe trabalhadora precisa vender sua força de trabalho para ter acesso, via mercado, ao que ela produziu, e mesmo assim não consegue ter acesso. Segundo Garcia (2012, p.340), Marx aponta que “a força de trabalho, enquanto uma mercadoria, também pode se tornar excedente”. Esta criação de excedente de força de trabalho se constitui num dos grandes problemas da atualidade. A força de trabalho é uma mercadoria singular porque produz mais valor do que o valor que ela custa. E esse valor que excede é apropriado pela classe que detém os meios de produção. Esse excedente é o que Marx chama de mais-valia.³

Com isso, de acordo com a perspectiva marxista, não tem como a pobreza ser superada no capitalismo, sendo ela mesma resultado e condição necessária para a manutenção dessa ordem. O Estado atende a necessidade de uma classe, e no capitalismo, ele é essencialmente um Estado burguês, mantendo e favorecendo a classe dominante a continuar explorando a classe trabalhadora em prol de lucro. As coisas giram em torno das necessidades do mercado e não das necessidades humanas. Para que a pobreza seja superada, a teoria marxista defende o

³ Marx faz referência a duas formas de mais-valia: a “mais- valia absoluta” e a “mais- valia relativa”. A primeira é obtida por meio do aumento da jornada de trabalho, já a segunda resulta do aumento da produção de mercadorias em menor ou igual tempo, especialmente em função da introdução de tecnologias na produção.

desmantelamento desse sistema e a instalação de uma sociedade fundada na organização dos trabalhadores livres associados.

Por fim,

Não podemos aceitar a crença de que não há uma saída. Que o capital seja 'a ordem' e não 'uma ordem'. A pobreza é um fenômeno que reflete a própria ordem do capital. Propor sua diminuição e controle é assumir que a humanidade terá de conviver com a sua própria desumanidade. Propor sua erradicação dentro da ordem do capital é enganar aqueles que sonham em não mais conviver com a fome e a miséria, acreditando que na ordem evolutiva, em algum momento, isto será apenas um episódio triste no 'grande espetáculo do capital'. Neste caso, restaria propor uma nova ordem, onde não precisássemos nos referir 'à pobreza humana', pelo simples fato de ela deixar de existir (GARCIA, 2012, p. 422).

Ao concordar com essa perspectiva, cabe asseverar que a saída para o fim da pobreza existe. Neste caso, é fundamental que as pessoas tenham acesso ao conhecimento socialmente produzido para entender a lógica de produção da pobreza e buscar as saídas necessárias para efetivamente erradicá-la. Como dito, a partir da perspectiva marxista, a saída é a superação do capitalismo.

3. PROGRAMA BOLSA FAMILIA: CONTEXTO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi uma política pública de combate à pobreza, implementada em 03 de outubro de 2003, garantida pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, no governo do presidente Lula, com o objetivo geral de livrar a população da pobreza absoluta, bem como promover a inclusão social. Este Programa teve seu último pagamento lançado no dia 29 de outubro de 2021, quando foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil, no governo Bolsonaro. Posteriormente, com a vitória de Lula em 2022, o PBF é retomado em 2023.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), no primeiro ano do PBF o Brasil contava com, aproximadamente, 22 milhões de pessoas vivendo com até R\$3,00 ao dia⁴. Desde de sua efetivação, se tornou um dos principais programas sociais de combate à pobreza no Brasil.

Um dos fatores da eficácia do PBF foi promover o acesso a direitos antes não alcançados pela população pobre. No segundo mandato, o Governo Lula investiu e ampliou ainda mais essa política pública. Se em seu primeiro mandato o número de brasileiros abaixo da linha da pobreza representava 12% da população, em 2010 esse número foi para 6,1%, segundo o IPEA.

Para que pudessem usufruir dos benefícios, as famílias deveriam estar registradas no Cadastro Único, cabendo à instância municipal investigar se elas possuíam as condições e requisitos efetivos para a utilização do auxílio.

Desde sua criação, o Programa sofreu alguns reajustes referentes à faixa de renda per capita por família para que pudessem ser beneficiadas. De acordo com dados do IPEA (2012, p. 2), de 2003 a 2006, as linhas de elegibilidade eram de R\$50,00 e R\$100,00; de 2006 até 2009 passaram para R\$60,00 e R\$120,00; de 2009 a 2012 os valores foram para R\$70,00 e R\$ 140,00; em 2014, R\$77,00 e R\$154,00; já em 2017, os valores per capita passaram a ser R\$85,00 e R\$170,00, respectivamente, para extrema pobreza e pobreza. Seu último reajuste foi no ano de

⁴ Banco Mundial sobre pobreza absoluta: Segundo o Banco Mundial, a extrema pobreza ocorre quando as pessoas recebem até US\$2,15 por dia, cerca de R\$11,00. A série histórica do relatório teve início em 1980, e em 1990 a extrema pobreza atingia 24% da população brasileira. Em 2019, era de 5,4% (BRASIL, 2020).

2018, passando a considerar o rendimento de até R\$89,00 para a pobreza extrema e de R\$178,00 para a pobreza.

Assim que aceitava, a família precisava cumprir algumas condições para continuar recebendo os benefícios do programa, como por exemplo, garantir a frequência escolar de crianças e adolescentes, vacinação em dia, e pré-natal, caso a beneficiária estivesse grávida. A fiscalização sobre o cumprimento dessas condicionalidades ficava sob responsabilidade da instância municipal, já que o Bolsa Família envolve as três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Um dos elementos que chama atenção ao se analisar os dados levantados pelo IBGE (2020) referentes ao perfil da pobreza no Brasil, é que o fenômeno pobreza tem gênero, cor ou raça e regionalidade.

Tendo em vista as pessoas por classes de rendimento domiciliar per capita total, incidência da pobreza e distribuição percentual da pobreza, segundo características selecionadas pelo IBGE (2020), no ano de 2019, o percentual da pobreza para os homens era de 48,1% e para as mulheres 51,9%. Contudo, quando colocada, também, a característica cor/raça, as diferenças percentuais são muito maiores entre brancos e pretos ou pardos. Conforme o IBGE (2020, p.68), 12,02% dos homens brancos estavam na linha da pobreza. No caso dos homens pretos ou pardos, o percentual ficou em 35,5%. Já as mulheres brancas eram 13,3% e as mulheres pretas ou pardas 38,1%. É evidente a diferença percentual entre homens e mulheres e principalmente entre brancos/as e pretos/as ou pardos/as e, se olharmos apenas para o prisma racial, a porcentagem de pessoas pretas era de 73,6%, enquanto a de pessoas brancas era 25,4%.

Desde seu lançamento até o final da implementação, conforme a OXFAM (2021), o PBF atendeu mais de 14 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Brasil, sendo inevitável não reconhecer sua importância para essas famílias, garantido os direitos básicos para sobreviver. Considerando que este TCC trata da pobreza e de como esse fenômeno foi tratado nos textos da ANPED, é importante trazer as implicações do PBF para a educação.

3.1 O programa bolsa família no cenário da educação

Como já mencionado, o PBF exigia das famílias beneficiárias o cumprimento de certas condicionalidades para que pudessem receber o benefício. Uma das condicionalidades era a frequência escolar mínima mensal de 85% para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para os adolescentes entre 16 e 17 anos.

Considerando as contrapartidas como uma obrigação, Monnerat et al (2007) apontam alguns questionamentos:

A contrapartida é uma cobrança indevida, já que o direito é uma prerrogativa dos membros de uma sociedade? Ou é aceitável, principalmente no caso brasileiro, porque se trata de envolver as famílias num circuito virtuoso de direitos e deveres com potencial para ultrapassar o assistencialismo e fomentar a cultura cívica e garantir o acesso a uma rede extensa de proteção social? (MONNERAT et al, 2007, p. 1460).

As condicionalidades geraram muitas discussões sobre o seu papel, já que a educação é um direito básico ao qual todos deveriam ter acesso. Além do mais, a contrapartida exige uma frequência, mas e a qualidade do ensino? E a infraestrutura escolar?

De acordo com Cacciamali (2010, p. 280), “[...] a literatura especializada indica que os programas de transferência de renda são eficazes ao atender aos mais pobres e elevar a assiduidade escolar e médica a curto prazo”. Com relação ao desempenho dos/as estudantes beneficiários/as do PBF, o IPEA (2013, p. 303) indica que os/as mesmos/as

[...] têm, em média, um pior desempenho na Prova Brasil que os não beneficiários, mas grande parte desta diferença é explicada pelas suas condições socioeconômicas e características da escola que frequentam. Isto acontece tanto no 5o ao 9o quanto no 9o ano. Porém, nota-se uma clara tendência: quando se compara o 5o ano, ou há uma inversão da desvantagem (desempenho e reprovação), ou uma vantagem já no quinto ano para os alunos beneficiários. Dado o alto grau de exposição ao programa, as evidências sugerem que a condicionalidade, ao menos na área de educação, tem efeitos positivos sobre a trajetória escolar destas crianças. Ou seja, o Programa Bolsa Família apresenta uma diminuição na desigualdade educacional destes alunos, quando comparados ao restante dos alunos de escola pública, ajudando na diminuição do ciclo intergeracional da pobreza e diminuindo a desvantagens que essa condição gera no percurso escolar dessas crianças.

Contudo, apesar dos questionamentos acerca das condicionalidades, não se pode tirar o mérito de uma política pública que foi responsável por tirar milhares de

brasileiros/as da linha da pobreza, como também, possibilitar a esses sujeitos acesso aos direitos básicos. Segue um questionamento: se são direitos, por que pessoas vulneráveis socialmente apresentam dificuldade de acessá-los?

Educação, alimentação, moradia, saúde, dentre outros são direitos básicos que têm sido constantemente negados a uma parcela da população. O PBF, de certo modo, melhora as condições de acesso a alguns desses direitos. Mesmo que o Programa precisasse ser aperfeiçoado, não podemos negar a sua importância. Consolidado na sua forma, acabou sendo substituído, em 29 de outubro de 2021, depois de 18 anos, pelo Programa Auxílio Brasil.

3.2 Do Programa Bolsa Família ao Programa Auxílio Brasil

No último trimestre de 2021, o Bolsa-Família, programa internacionalmente reconhecido em seus 18 anos de existência, foi extinto. O governo Bolsonaro sugeriu a troca do PBF pelo Programa Auxílio Brasil (PAB), sendo está também uma política de transferência de renda aos mais pobres. Mas quais as diferenças entre o PBF e o PAB? Quais os motivos para a substituição de um programa que já era bastante consistente por outro?

De acordo com o Ministério da Cidadania, teriam direito ao auxílio: famílias em situação de extrema pobreza; em situação de pobreza e em regra de emancipação⁵. Conforme o Ministério, são consideradas extremamente pobres as famílias cuja renda mensal seja de até R\$105,00, e em situação de pobreza aquelas com renda de R\$105,00 até R\$210,00.

Da mesma forma que o PBF, o PAB beneficiaria famílias conforme sua formação e renda, exigindo condicionalidades, tais como: Frequência escolar mensal mínima de 60% para beneficiários de 4 a 5 anos e 75% para 6 a 17 anos, estendendo dos 18 até 21 anos caso não tenha concluído a educação básica, vacinação e acompanhamento nutricional (peso e altura) de crianças menores de 7 anos e Pré-natal de gestantes⁶.

⁵ A Regra de Emancipação garante que o beneficiário não perde o direito ao repasse automaticamente se conquistar uma vaga formal no mercado de trabalho. Há uma previsão de que a pessoa siga recebendo o valor a que tem direito no programa por até dois anos desde que cumpra os requisitos previstos (BRASIL, 2022).

⁶ Informações obtidas no site do ministério da cidadania, disponível em 14/11/2022.

Uma das diferenças com relação ao PBF é que no novo auxílio a ajuda destinada aos jovens se ampliou até os 21 anos. O PAB também previa valores adicionais de R\$100,00 mensais ou parcela única de R\$1.000,00 a lares que tivessem estudantes destaques em disputas científicas ou acadêmicas (bolsa de iniciação científica Júnior), bem como destaque nos esportes (auxílio esporte escolar).

Além do incentivo ao destaque de crianças e jovens, o novo programa previa um benefício no valor de R\$200,00 reais para famílias que conseguissem ter um membro no mercado formal de trabalho, assim como famílias que se dedicassem à agricultura familiar (auxílio inclusão produtiva rural).

De acordo com o economista Daniel Duque, em entrevista⁷ ao portal Extra, publicado no dia 11 de agosto de 2021, “associar o novo Bolsa Família à excelência esportiva ou acadêmica tira o foco do combate à extrema pobreza e faz com que o programa tenha o seu impacto reduzido.”

Especialistas apontaram 38 falhas significativas na nova política, incluindo dificuldade de mensuração dos impactos, comprometimento do Cadastro Único e aumento apenas marginal da cobertura verificada no Bolsa Família, justamente em um momento de maior necessidade de um programa mais robusto de suporte à população em situação de vulnerabilidade (OXFAM, 2021).

Em um momento tão delicado e com muitos problemas, os quais foram intensificados pela pandemia da COVID-19, o Governo Federal ao invés de melhorar um Programa que já tinha estabilidade, reconhecido mundialmente como um ótimo recurso para aliviar os sintomas da pobreza e extrema pobreza, decidiu trocá-lo por outro programa que foi “vendido” como uma melhoria, comparado ao PBF.

Contudo, uma das maiores críticas ao Auxílio Brasil estava relacionada à possibilidade de os beneficiários conseguirem um crédito consignado a ser descontado do valor do auxílio com taxas de juros altíssimas. De acordo com a Caixa

⁷ Entrevista disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/auxilio-brasil-vai-pagar-pouco-aos-mais-vulneraveis-mais-quem-menos-precisa-avaliam-especialistas-25149889.html> Acesso em:14/11/2022

Econômica⁸, o consignado antecipava até 40% do valor do benefício com uma taxa de juros de 3,45% ao mês.

Ao solicitar o consignado por meio do PAB, o beneficiário poderia receber R\$2.569,34 e parcelar o valor em 24 vezes de R\$160,00, descontado automaticamente do valor mensal do auxílio. Ao final desse período, o banco receberia o total de R\$3.840,00, ou seja, ao final do empréstimo o beneficiário pagaria R\$1.270,66 de juros. Vale ressaltar que as pessoas que têm direito ao benefício são as que estão em situação de maior vulnerabilidade social, e o programa é uma medida para aliviar necessidades básicas imediatas. Permitir o endividamento daqueles/as que lutam para ter as refeições diárias não deixa de ser uma afronta à própria condição em que se encontram. Por que o Governo permitiu tal medida em cima de um Programa de enfrentamento à pobreza e extrema pobreza?

Como posto anteriormente, O PAB foi substituído pelo PBF com o retorno de Lula ao Governo Federal em 2023. O PBF encontra-se em fase de reorganização visto o desmonte que pelo qual passou no governo Bolsonaro.

No próximo capítulo, discorreremos sobre como a temática pobreza e desigualdade social é tratada nos textos apresentados nas Reuniões Nacionais da ANPED de 2003 a 2021.

⁸ G1: Condições para empréstimo consignado por meio do Auxílio Brasil: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/28/emprestimos-consignados-do-auxilio-brasil-somam-cerca-de-r-5-bilhoes-em-outubro-revela-bc.ghtml>. Acesso em: 27/04/2023

4. POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: COMO OS TEXTOS DA ANPED ABORDAM ESSA TEMÁTICA

Retomando a metodologia aplicada nesta pesquisa, o primeiro passo foi realizar um levantamento para verificar a frequência com que a temática "pobreza e desigualdade social" aparece nos trabalhos apresentados nos GTs da ANPED, considerando as Reuniões Nacionais ocorridas entre 2003 e 2021. Para tanto, buscamos em todos os textos dos GTs selecionados os termos "pobre", "pobreza", "desigualdade social" e "Bolsa Família", sem a preocupação inicial de verificar como a temática havia sido abordada. Na Tabela 2 mostramos a quantidade de vezes que esses termos aparecem considerando apenas as Reuniões Anuais em que os trabalhos foram apresentados, portanto, sem a especificação dos GTs selecionados. Os números que estão dentro dos parênteses se referem à quantidade de vezes que os termos aparecem nas referências bibliográficas dos trabalhos.

Tabela 2 - Frequência com que os termos pobre, pobreza, desigualdade social e PBF aparecem nos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da ANPED

Reuniões	Pobre	Pobreza	Desigualdade social	Bolsa Família	Total de textos selecionados
26 ^a	119(13)	52(4)	30	0	59
27 ^a	112(1)	78(6)	41	0	72
28 ^a	205(2)	71(3)	53	4	104
29 ^a	174	44(3)	33	0	63
30 ^a	137	56(4)	48	0	62
31 ^a	100(4)	71(2)	28(1)	46	48
32 ^a	92(5)	36(4)	28(1)	2	54
34 ^a	92(2)	116(20)	62(4)	4	75
35 ^a	123	49(2)	34(2)	8	66
36 ^a	82(2)	50(6)	50(2)	34(1)	59
37 ^a	109(2)	56(3)	60	5	90
38 ^a	111(5)	69(4)	67(3)	1	70
39 ^a	98(2)	86(2)	49	1	55
40 ^a	77(7)	43(4)	45(3)	22(1)	63

Fonte: Elaborada pela autora com base nas Reuniões Anuais da ANPED 2003 a 2021

Podemos observar que os termos que mais apareceram foram “pobre” e “pobreza”, representando um total de 1.631 e 877 citações, respectivamente. O termo “desigualdade social” foi mencionado 628 vezes e o “Bolsa Família”, apenas 127 vezes, considerando o período analisado. Contudo, vale ressaltar que o termo “Bolsa Família” aparece em apenas 35 trabalhos de 2003 a 2021 e expressivamente nas 31^a, 36^a e 40^a Reuniões, como podemos observar na tabela acima. Se subtrairmos essas três reuniões da somatória total, que compreende 14 Reuniões Nacionais considerando o período 2003/2021, as menções feitas em trabalhos apresentados somam apenas 25.

Na segunda etapa, inicialmente foram separados os textos que apresentavam maior quantidade dos termos pesquisados, para em seguida, filtrar os que tratavam e discutiam a temática de forma mais detalhada, de acordo com o objetivo da pesquisa.

Inicialmente foram levantadas 32 produções a serem estudadas. Depois de feita essa primeira triagem e realizada a leitura dos textos, excluímos 7 artigos por não tratarem a temática de acordo com o objetivo da pesquisa, restando 25 produções a serem estudadas. Contudo, após a releitura, mais 3 textos foram retirados, por também não aprofundarem a discussão acerca da temática “pobreza e desigualdade social”, mesmo que os termos fossem mencionados de forma expressiva nos textos. Com isso, finalizamos com 22 trabalhos, conforme o Quadro 1, que traz os nomes dos autores/as, os títulos dos trabalhos, os números das Reuniões/anos e os GTs em que foram apresentados. Podemos ver que o maior número de trabalhos selecionados (4) foi apresentado na 40^o Reunião. O GT05 foi o que teve um maior número de trabalhos selecionados (5).

Quadro 1: Autores, títulos dos trabalhos selecionados, número e ano da Reunião Anual da ANPED e GT em que o trabalho foi apresentado

AUTORES/AS	TEXTOS	REUNIÃO – ANO - GT
LEÃO, Geraldo Magela Pereira	A Gestão da Pobreza Juvenil: Uma Análise de Um Programa Federal de Inclusão Social para Jovens Pobres	27° Reunião Anual - 2004 - GT03 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos)
OLIVEIRA, Breyner Ricardo de	Desdobramentos do Efeito Renda nos Programas Bolsa Escola: A Experiência de Belo Horizonte	27° Reunião Anual - 2004 - GT05 (Estado e Política Educacional)

REGUEIRA, Aparecida Tereza Rodrigues	A Contribuição das Pesquisas Populacionais para o Estudo da Desigualdade Racial no Brasil	29º Reunião Anual - 2006- GT14 (Sociologia da Educação)
PASSOS, Joana Célia dos	Jovens Negros: Trajetórias Escolares, Desigualdades e Racismo	29º Reunião Anual - 2006 - GT21 (Educação e Relações Étnico-raciais)
PAULY, Evaldo Luís; ORTH, Miguel Alfredo	A Contradição Moral entre Educar e Encarcerar: A PEC nº 20, o Programa Bolsa Família e a Escola	31º Reunião Anual - 2008 - GT05 (Estado e Política Educacional)
COUTINHO, Adelaide Ferreira	Filantropia em Educação no Brasil: A Outra Face DA Oferta de Educação Básica aos Pobres ou Demissão do Estado?	31º Reunião Anual - 2008 - GT05 (Estado e Política Educacional)
LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro	Política Assistências como Alternativas para Educação: Considerações sobre as Habitações populares, as Conferências Nacionais de Educação e o Papel dos Intelectuais Durante o Primeiro Governo Vargas	31º Reunião Anual - 2008 - GT14 (Sociologia da Educação)
DUARTE, Natalia de Souza; YANNOULAS, Silvia Cristina	O Percurso Escolar da População em situação de Pobreza	34º Reunião Anual - 2011 - GT05 (Estado e Política Educacional)
MOTTA, Vânia Cardoso da	Capital Social e o Novo-desenvolvimento Brasileiro: Mudanças no Pensamento sobre Desenvolvimento	34º Reunião Anual - 2011 - GT09 (Trabalho e Educação)
PINHO, Vilma A parecida de	Jovens Negros em Processo de "Ressocialização": Trajetórias de Vida e Escolarização	34º Reunião Anual - 2011 - GT21 (Educação e Relações Étnico-raciais)
PIRES, André	Algumas Reflexões sobre as Condicionais em Educação Presentes no Programa Bolsa Família	35º Reunião Anual - 2012 - GT05 (Estado e Política Educacional)
SCHEFER, Maria Cristina	Relações Periféricas na Escola: Incumbências e Sucumbências do Programa Bols Família	36º Reunião Anual - 2013- GT13 (Educação Fundamental)
LOUZANO, Paula	Fracasso Escolar: Evolução das Oportunidades Educacionais de Estudantes de	36º Reunião Anual - 2011 - GT14 (Sociologia da Educação)

	Diferentes Grupos Étnico-raciais	
SCHEFER, Maria Cristina Schefer; KNIJNIK, Gelsa	A Periferia das Periferias e o Não-lugar Escolar: Um estudo tipo Etnográfico	37º Reunião Anual - 2015 - GT06 (Educação Popular)
RAMALHO, Bárbara; LEITE, Lúcia Helena Alvarez; MENDONÇA, Patrícia Moulin	Coletivos em Situação de Pobreza e Educação Integral: Um Olhar a partir da Perspectiva Decolonial	38º Reunião Anual - 2017- GT03 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos)
MOREIRA, Luiza	Centros Integrados de Educação Pública: Uma Proposta de Educação e Cidadania	39º Reunião Anual - 2019 - GT02 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos)
FIALHO, Lia Machado Fiuza	Biografia de um Jovem Faminto: Moradia na Rua, Fome e Educação	39º Reunião Anual - 2019 - GT02 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos)
MOREIRA, Simone Costa; SANTOS, Graziella Souza dos; GANDIN, Luís Armando	Desescolarização do Ensino Fundamental na Periferias Urbanas de Porto Alegre: Entre o Ensino e a Gestão da Pobreza	39º Reunião Anual - 2019 - GT13 (Educação Fundamental)
LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira	Pobreza e Educação (Anti) colonial	40º Reunião Anual - 2021 - GT03 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos)
HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; LIMA, Iranete Maria da Silva; Dileno - UFJF	Educação e Desigualdades Sociais nas Escolas Públicas do Campo em Tempos de pandemia da Covid-19	40º Reunião Anual - 2021 - GT03 (Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos)
MAROCHI, Ana Claudia; CONDE, Soraya	A Condição das Mulheres beneficiárias/Titulares do Programa Bolsa Família e os Limites Absolutos do Capital	40º Reunião Anual - 2021- GT09 (Trabalho e Educação)
LUNELLI, Polyana	Trajetórias Escolares dos Estudantes Vinculados ao Programa Bolsa-Família: Um Olhar sobre a garantia de Direitos à Educação nos Anos Finais do Ensino Fundamental	40º Reunião Anual - 2021- GT14 (Sociologia da Educação)

De acordo com o quadro acima, vemos que das 14 edições das Reuniões Anuais da ANPED pesquisadas (compreendendo da 26º a 40º Reunião) não analisamos nenhuma produção textual das seguintes reuniões: 26º, 28º, 30º e 32º.

Já, entre os Grupos de Trabalhos, o único que não trouxemos nenhum texto para análise foi o GT18 (Educação de Pessoas Jovens e Adultas).

A pesquisa mostrou que o termo “pobre” apareceu em 19 trabalhos e foi mencionado 179 vezes. Já o termo “pobreza” foi encontrado em 20 dos 22 trabalhos selecionados, sendo citado 251 vezes. Em seguida vem o termo “Bolsa Família” que, apesar de estar presente em menos textos, em relação ao termo “desigualdade social”, foi referido 128 vezes em 9 deles. Por fim, o termo menos apontado foi “desigualdade social”, aparecendo apenas 29 vezes em 10 dos 22 textos analisados.

Vale ressaltar que dos 940 textos selecionados na primeira etapa da pesquisa, o Programa Bolsa Família apareceu em apenas 35 textos, e foi discutido de forma mais aprofundada em apenas 3 trabalhos. Com isso, de modo geral, o Bolsa Família foi o termo menos citado e discutido na ANPED de 2003 a 2021, considerando os GTs analisados.

A partir daqui, apresentamos como a temática Pobreza e Desigualdade Social foi apresentada e discutida nas Reuniões Anuais da ANPED no período de 2003 a 2021, considerando os textos selecionados.

A temática “pobreza e desigualdade social” tem sido abordada a partir de diversas perspectivas teórico-políticas que apontam concepções, causas e soluções a seu respeito, como já discorreremos no Capítulo I deste TCC. A temática também tem sido relacionada a assuntos diversos, como evidencia a análise. Considerando os 22 trabalhos selecionados, a temática foi relacionada a cinco assuntos distintos: 1) à educação como um espaço de inclusão e exclusão social; 2) ao papel do Terceiro Setor na educação; 3) à questão racial; 4) à questão habitacional; 5) às políticas de transferência de renda como medida para enfrentamento da pobreza.

Considerando o que os autores apresentam, concluímos que as produções analisadas trazem uma perspectiva crítica à concepção neoliberal de pobreza, que culpabiliza o indivíduo por estar e permanecer nesta condição. Ao contrário, os trabalhos analisados trazem uma relação direta da temática com a estruturação da sociedade vigente. Dos textos analisados, apenas um apresenta a perspectiva de análise marxista, sendo que os demais trazem uma visão socialdemocrata para discutir a temática.

4.4.1. Pobreza e desigualdade social e a Educação como espaço de inclusão e exclusão social

De maneira geral, os oito textos analisados que tratam a temática “pobreza e desigualdade social”, vinculando-a à discussão da educação como espaço de inclusão e “exclusão social”, destacam a educação pública brasileira como um direito de todos, tendo como um dos seus objetivos, de acordo com a Constituição de 1988, o desenvolvimento pleno da pessoa, cabendo ao Estado promover e garantir esse acesso à população. Entretanto, o cenário educacional vem sendo permeado por contradições, inclusive no que diz respeito às expectativas e à realidade vivida por estudantes e famílias no ambiente escolar. Apenas o fato de a criança ou o jovem estar matriculado em alguma instituição de ensino não garante acesso a uma educação que o desenvolva plenamente, por exemplo. Ao longo do tempo, alguns elementos vêm contribuindo ainda mais para o aumento dessas contradições, tal como o sucateamento e a falta de investimentos públicos na educação, aumentando ainda mais os processos de exclusão da população pobre. Os textos analisados trazem reflexões a respeito de como o espaço escolar pode ser e é, muitas vezes, um espaço de contribuição para a exclusão social⁹ dos mais pobres, reforçando e mantendo o cenário de desigualdades e pobreza.

Alguns trabalhos aqui analisados pontuam elementos os quais colaboram para a construção desse ambiente deseducador e de “exclusão” que permeia as instituições de educação básica pública brasileira, como por exemplo: a educação a partir de um viés colonialista; a compreensão de uma Educação Integral ora com o intuito de tirar os jovens e as crianças das ruas, ora focalizada apenas no desempenho escolar e; o aumento de funções atribuídas à escola.

Leite e Ramalho (2021) debatem sobre o impacto de uma educação colonial como reprodutora e mantenedora da exclusão dos mais pobres ao acesso a uma educação emancipatória. Dizem as autoras: “Curioso, entretanto, é o fato de que o acesso à educação hegemônica universalista/excludente permaneça sendo

⁹ Garcia (2012), traz algumas observações sobre o uso do termo “exclusão social” e “inclusão social”. Segundo o autor, não há “exclusão social”, haja vista que todos estão inseridos e fazem parte do sistema social. O que pode ocorrer é a exclusão de alguns grupos e pessoas de algumas práticas sociais particulares, como por exemplo, o não acesso à educação, à saúde, etc.

pronunciado enquanto única ou, no mínimo, mais adequada forma de ‘salvação’ para crianças, jovens e até nações pobres” (LEITE; RAMALHO, 2021, p. 01).

Abandono escolar e repetência são resultados decorrentes do fracasso escolar vivenciado por estudantes pobres e, de acordo com as autoras, essas exclusões resultam de uma educação com viés colonialista. Sobre a perspectiva colonialista, as autoras entendem que:

No contexto educacional, é preciso, em primeiro lugar, não perder de vista a associação original entre navegadores, igreja e práticas educativas oficiais no contexto brasileiro. Como sabemos, com a chegada dos colonizadores, a ordem católica dos jesuítas se responsabilizou, até o século XVIII, pela tentativa de “humanização” e “civilização” dos “selvagens” encontrados na terra ocupada. Ao que ainda hoje, não raro, os livros de história insistem em chamar de educação. Ademais, em detrimento à independência política do Brasil em relação a Portugal é possível observar o alinhamento de concepções existentes entre a educação formal e o projeto colonial. No Brasil Império, por exemplo, a educação oficial teve por objetivo a superação dos valores miscigenados, evidenciando, assim, a vigência do olhar inferiorizante sobre o “Outro”, seus saberes e cultura naquele contexto (LEITE; RAMALHO, 2021, p. 02).

Ou seja, até hoje se carrega resquícios de uma herança colonialista, influenciando e segregando a educação entre pobres e ricos. Em corroboração, Ramalho, Leite e Mendonça (2017) discutem sobre como essa perspectiva subjuga os/as estudantes mais pobres. A partir da concepção colonial e de uma visão estereotipada e estigmatizada, a ideia de que os estudantes pobres sempre fracassam é reforçada. Esse argumento é ancorado em uma ideia meritocrática e individualista, ou seja, se um estudante fracassa, a culpa passa a ser dele, da família, etc., nunca do projeto de educação estabelecido para a população pobre (RAMALHO; LEITE; MENDONÇA, 2017).

Ainda discutindo sobre a constituição escolar da educação pública brasileira como espaço de exclusão social, Ramalho, Leite e Mendonça (2017) trazem, a partir da perspectiva decolonial, algumas denúncias de como o colonialismo e a modernidade interferiram no processo de escolarização. A perspectiva decolonial é

[...] uma abordagem teórica que busca analisar como as relações de poder é construída e como os processos de subalternização se dá através da classificação dos sujeitos pela raça. Nesta lógica civilizatória da modernidade, a naturalização das relações de dominação vai se aprofundando e, ao mesmo tempo, criando formas de resistências. Ou seja, as polarizações em torno da

inferiorização do "Outro" apontam, por um lado, para Pedagogias inferiorizantes, mas, por outro, apontam para possibilidades de formas de pensar essas práticas do ponto de vista da re-politização e da radicalização do pensamento educativo (RAMALHO; LEITE; MENDONÇA, 2017, p. 03).

Isto é, para que ocorra o enfrentamento a uma forma de educação colonial é importante questionarmos, segundo as autoras, o paradigma meritocrático no âmbito escolar, pelo fato de que o mesmo é responsável por defender que a culpa do fracasso escolar é do sujeito, ou seja, o Estado oferece a educação e, caso não consiga alcançar o “sucesso”, foi porque o sujeito não almejou o suficiente, não se dedicou o suficiente ou ainda não estava preparado. Questiona-se muito sobre a eficiência do/a estudante pobre, oriundo/a de escola pública, mas e a responsabilidade do sistema educacional? O fato de estar matriculado/a garante acesso a essa formação emancipatória e ao desenvolvimento pleno? Qual a responsabilidade do Estado nisso?

Para além dessa perspectiva colonialista como forma de minar cada vez mais a função social das instituições de educação pública brasileiras, Knijnik e Schefer (2015), ao analisarem uma escola localizada na região periférica de Porto Alegre, elaboraram o conceito “periferia das periferias”, fundamentadas nas definições de Santos (2008) sobre lugar¹⁰ e de Rezende-Filho (2009), Santos (1993) e Mautner (1999) sobre periferia¹¹ para se referir a esta localidade.

¹⁰ *Definição de Lugar:* Santos (2008): “[...]as pessoas estão sujeitas às contingências que ações pretéritas no espaço “matéria trabalhada por excelência” definiram para o lugar (porção de terra identificada) onde vivem. Numa perspectiva totalizante do mundo social, o autor atribui ao espaço uma importância central, uma vez que “nenhum dos objetos sociais tem tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos” (SANTOS, 2008, p. 34)
Rezende Filho (2009): “Rezende Filho (2009) mostrou sobre a existência, em tempos passados, de lugares específicos destinados aos pobres – tais como “as portas dos castelos e das igrejas” aludindo para uma categorização de periferia, a partir de uma posição geográfica determinada, na Sociedade de Consumo-Líquido Moderna, marcada pela efemeridade e provisoriedade, o binômio centro-periferia não pode mais ser entendido na perspectiva de lugares fixos” (Knijnik e Schefer, 2015, p. 07)

¹¹ *Definição de periferia:* Santos (1993): “[...] características de uma urbanização corporativa [...] gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia.” (Santos, 1993, p. 95).

Mautner (1999): “Um lugar é considerado como periférico, menos por seu afastamento das luzes da cidade e mais devido à reduzida participação de seus habitantes no mercado consumidor: observa-se que há “empreendimentos imobiliários de luxo que também podem ser encontrados nos limites da cidade [...], porém jamais seriam identificados como „periferia”” (MAUTNER, 1999, p. 253), ou seja, não recaem sobre os homo eligens que habitam espaços não centrais das cidades, nem preconceitos, nem discriminações.”

De acordo com as autoras, aquela área se constitui como a periferia das periferias pois,

[...] considera-se as periferias, não mais como um lugar genérico (localizado apenas às margens das cidades), fora do controle social, mas como sub lugares, subsistemas de um sistema periferizante e dado a nuances, no qual, o tom é conferido pela presença/ausência de consumidores falhos. Esses consumidores, frente à impossibilidade de serem *homo eligens*¹², ficam socialmente desamparados, num continuado processo de invisibilidade social (KNIJNIK; SCHEFER, 2015, p. 06).

Portanto, o desamparo da esfera pública em relação a esse lugar e a essa população reflete em um cenário de precariedade, desigualdades e injustiças. Esses e outros motivos fazem com que as autoras utilizem o termo não-lugar escolar para se referir à instituição localizada naquela região, com base em Augé, o qual diz que, o espaço só se transforma em lugar quando ganha significado para que nele permaneça. “O não-lugar é o espaço no qual as pessoas não encontram razões para permanecer” (KNIJNIK; SCHEFER, 2015, p. 12).

Ainda de acordo com Knijnik e Schefer (2015), a escola por elas estudada retrata como a instituição pública brasileira é precarizada, não conseguindo garantir o espaço para uma educação plena, crítica e emancipatória. Com o decorrer do tempo, o convívio com as desigualdades e com a pobreza faz com que as escolas localizadas na periferia das periferias sofram cada vez mais o processo de desescolarização, assumindo funções para além do seu papel social, passando a ter um novo caráter, convivendo com a sobrecarga de funções. Moreira, Santos e Gandin (2019), também reforçam essa precarização com o excesso de funções estabelecidas para serem desempenhadas no âmbito escolar e trazem alguns exemplos em seu texto de como é

[...] interessante para pensar o trabalho escolar na periferia urbana, pois demonstra a intensidade e a quantidade de ações desenvolvidas pela escola para atender aos alunos no que, em princípio, não seria sua função estrita. Para se dedicar a esse conjunto de ações que estão localizadas no espectro das políticas sociais, a escola descuida, inevitavelmente, [...] da sua função específica de educação escolar (MOREIRA; SANTOS; GANDIN, 2019, p. 05).

¹²“Os tempos atuais foram caracterizados por Bauman (2008), como Modernidade Líquida, na qual emergiu uma Sociedade de Consumo Líquido-Moderna. Segundo o sociólogo, trata-se de uma organização social que garante, primeiramente, os interesses capitais. A partir dos conceitos de *homo eligens* (que escolhem) e de consumidores falhos (desqualificados para o consumo)” (KNIJNIK, SCHEFER, 2015, p. 06).

Para além da sobrecarga de funções que acomete o ensino público brasileiro, segundo Ramalho, Leite e Mendonça (2017), as perspectivas colonialistas e colonizadoras são características presentes nas escolas, impedindo a competência emancipatória dessas instituições de ensino. As autoras, em relação a todo esse cenário em que se estabeleceu a construção da educação pública brasileira, trazem a importância de discutir, por exemplo, os aspectos da Educação Integral, principalmente a Educação Integral direcionada aos estudantes da escola pública. Com isso, as compreensões do que é a Educação Integral são diversas, podendo inicialmente ter a função de tirar a criança e o jovem da rua, segundo o monitoramento e a socialização dos jovens para que não acabem na criminalidade e a institucionalização da infância e juventude pobre. Dessa Forma,

Assim, no caso das crianças pobres, o assistencialismo e o moralismo são matrizes que apoiam estas representações. Sob o olhar assistencialista, esses sujeitos precisam ser cuidados, educados, intelectual e moralmente, em tempo integral, já que suas famílias – no caso, famílias pobres – não têm educação. No caso da juventude das camadas populares, a matriz que orienta as representações sobre os sujeitos é outra – mas não menos autoritária: a coercitiva. Taxados de violentos, baderneiros, muitas vezes, até de criminosos, a solução encontrada pela sociedade para lidar com estes jovens pobres é a correção, através de uma educação de tempo escolar integral, preferencialmente restrita aos muros da escola (RAMALHO; LEITE; MENDONÇA, 2017, p.11).

Em contraposição às concepções anteriores, elas indicam que “surge um segundo conceito agregado à Educação Integral, que aponta para a constituição de territórios educativos¹³ para o desenvolvimento das atividades de tempo integral” (RAMALHO; LEITE; MENDONÇA, 2017, p. 11), assim como a compreensão da Educação Integral como instrumento em prol da superação dos elementos que constituem o fracasso escolar (abandono escolar, repetência, etc). Contudo, as autoras deixam claro a importância de observarmos a Educação voltada aos coletivos em situação de pobreza através do prisma decolonialista.

Portanto, partindo dessas concepções distintas da Educação Integral voltada aos estudantes mais socialmente vulneráveis, questionamos: Qual será sua finalidade? Proporcionar um ambiente escolar com base nos princípios educativos

¹³ Com base em Canário (2004), Moreira, Santos e Gandin (2001) afirmam que a concepção de territórios educativos se destaca como uma possibilidade de reorganização do trabalho escolar na ampliação das dimensões de formação dos educandos.

enquanto ações afirmativas? Ampliação das práticas pedagógicas ou a perpetuação de uma perspectiva educacional colonialista?

Diante disso, a partir da análise destas produções, pontuamos que a educação tem essa intenção de “salvação” desde a época da chegada dos portugueses no Brasil. Inicialmente, a educação salvaria os indígenas brasileiros, “civilizando-os” já que eram vistos quase como “não humanos” por destoar da cultura eurocêntrica. Atualmente, essa lógica salvacionista é atribuída aos sujeitos mais pobres e vulneráveis socialmente.

É importante ressaltar que a educação nunca vai conseguir, por si só, levar à superação de problemas sociais como a pobreza e as desigualdades. Ela, por determinação da própria lógica social, cumpre um papel que, via de regra, colabora com a reprodução social. As intenções de que a educação se volte para o desenvolvimento da emancipação humana se deparam com diversos limites dentro do capitalismo e, por si, só se realizaria em outra ordem social. Garcia e Yannoulas (2017), ao tratar da universalidade e obrigatoriedade da educação, dizem que:

Quando se fala em universalidade da educação, logo se pensa na significação de alcance da política educacional. Ou seja, uma política educacional universal é aquela devida a todos/as. Mas a universalização da educação enseja uma reflexão um pouco mais complexa, visto que, para além do alcance, está em jogo, principalmente, a qualidade e o papel da educação no contexto social. A condição de universalidade está sempre relacionada ao tipo de sujeito e de sociedade desejado (GARCIA; YANNOULAS, 2017, p.23)

Contudo, entendemos e defendemos a importância da educação no cenário social como uma ferramenta para a construção do senso crítico, mas é importante sabermos, como pontuaram Garcia e Yannoulas (2017), que tipo de sociedade e de sujeito essa educação universal pretende. Nos é claro que a educação não será suficiente para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, ainda mais que ambas são consequências diretas e permanentes da ordem social vigente. No entanto, não podemos abandonar a luta por uma educação crítica, considerando, em especial, os sujeitos mais vulneráveis socialmente. Não podemos permitir que a educação seja utilizada para subjugar e servir de justificativa (sua mera falta) para explicar a condição de pobreza de milhões de brasileiros/as.

Se não há superação dessas mazelas no capitalismo, a resposta para tal é a superação desse modelo de organização social e criação de outro que priorize o ser humano em si e promova a verdadeira justiça social.

4.4.2. Pobreza e desigualdade social e o papel do Terceiro Setor na educação

Como vimos no tópico anterior, as escolas públicas brasileiras, localizadas em lugares com maior vulnerabilidade social, para além de muitas questões, enfrentam sobrecarga de funções, tendo que desempenhar outras atividades além do seu papel social, particularmente devido às circunstâncias vividas pelas crianças e jovens que as frequentam. Esse acúmulo de atividades propicia que outros atores acabem demonstrando interesse de atuar com/nas escolas. Neste item, tratamos da relação Terceiro Setor/Educação, com foco na temática “pobreza e desigualdade social” a partir de um dos textos selecionados para análise.

Coutinho (2008), aborda o papel do Terceiro Setor na educação, principalmente voltada aos pobres. De acordo com a autora,

[...] a educação reformula (ou atualiza) a sua natureza de capital humano, estratégica para o desenvolvimento econômico-social e para a consolidação da cidadania, num grande consenso nacional e internacional. Desse modo, o consenso transforma-se em pactos, acordos, parcerias firmadas sob o discurso da co-responsabilidade social entre os diversos setores da sociedade: Estado, mercado e o suposto “terceiro setor” (representação da sociedade civil), não-governamental e não-lucrativo. Este último passou a tomar assento no governo (esferas federal, estadual e municipal) nas instâncias colegiadas - de decisão sobre políticas -, com competência para elaborar, atualizar, legitimar e aperfeiçoar junto aos conselhos governamentais as metas e os mecanismos de implementação das políticas educacionais e de “erradicação” da pobreza (COUTINHO, 2008, p.03).

A autora ainda afirma que,

Decerto pode haver uma preocupação com a educação e a pobreza por parte das ONGs, mas, não apontam no sentido de superação das relações que originaram os problemas que concorreram para a realidade atual. Por outro lado, um Estado que resolva os problemas sociais que incorrem em pobreza e falta de educação com qualidade social para a maioria, certamente, não é o Estado neoliberal que continua a contribuir para o agravamento dos mesmos (COUTINHO, 2008, p.10).

A autora ainda reitera que a ajuda aos pobres, na maioria das vezes, ocorre em detrimento de uma nova configuração de “circulação da mercadoria, pelo aumento do volume de negócios que vão sendo realizados, tendo como marketing da acumulação do capital a beneficência empresarial, tornando-se imperceptível ou pouco questionado o papel desses capitalistas para a crescente pobreza mundial” (COUTINHO, 2008, p.05). Contudo, não podemos perder de vista o fato de que a educação é um direito a ser garantido pelo Estado, que não pode ser omissivo, principalmente, com os socialmente mais vulneráveis.

Com a finalidade de superar as mazelas da pobreza,

O discurso do Estado, dos organismos internacionais, de empresários e das ONGs nos anos 90 foi competente em reconhecer que a educação era a alternativa para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento, a cidadania participativa, fomentar a empregabilidade, evitar o trabalho infantil, preservar o meio ambiente, porém pouco se materializou em ações qualitativas que visassem, verdadeiramente, garantir o direito à educação e a resolver a questão da pobreza (COUTINHO, 2008, p.12).

O contraponto aqui é, se o Estado defende os interesses da classe dominante, em uma sociedade capitalista, os interesses econômicos, políticos e sociais defendidos são os da burguesia e a partir dessa parceria público/privado, o que anteriormente era responsabilidade do Estado, passa a ser encargo da sociedade civil, além de individualizar todo processo educacional, não levando em consideração diversos fatores, como questões raciais, sociais entre outros.

Portanto, assim como reiterou a autora, ao ser alojado nas esferas políticas no que diz respeito à participação para formular, junto ao governo, políticas educacionais, por exemplo, como alternativa para “erradicação” da pobreza, o Terceiro Setor evidência não só é uma contradição, como uma manipulação discursiva a respeito do que se fala em relação ao que eles realmente esperam.

Apesar de sabermos que a pobreza não se configura no capitalismo, estando presente anteriormente em outras formas de organização social, compreende-se que as políticas neoliberais fomentam e necessitam deste cenário socialmente desigual para que continue sua funcionalidade. Basta pensarmos qual a finalidade do sistema capitalista: acúmulo de capital.

4.4.3 Pobreza, desigualdade social e educação sob o prisma racial

Os autores dos cinco textos aqui analisados nos mostram que, a partir de dados estatísticos e pesquisa na área, num país marcado pela desigualdade social, as pessoas negras são as que mais sofrem. Dessa forma, a pobreza é um fator que deixa à margem milhares de pessoas sem acesso aos direitos básicos e, de acordo com Passos (2006), ao falarmos desse fenômeno no Brasil, não se pode discuti-lo apenas sob o recorte social, devemos, também, incluir o recorte racial visto que os dados apontam que entre os mais pobres, os mais marginalizados, compõem a população negra brasileira. Os dados sobre pobreza postos na Tabela 1 mostram isso. Eles estudam menos, ganham menos e são os mais invisibilizados. Essa visão é estrutura de um pensamento naturalizante do racismo. Munanga, referência utilizada pela autora diz que,

A crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA Apud PASSOS, 2006, p.7).

Pinho (2011), com base em Berger e Luckmann (1976), diz que esses conflitos acabam culminando em um cenário educacional no Brasil, marcado por desigualdades entre negros e brancos há décadas. Para mais, ainda que existam políticas públicas com o objetivo de inclusão, há uma discrepância no que diz respeito à permanência, qualidade de ensino e acesso educacional entre esses dois grupos.

Tratando de alternativas para gestão da pobreza, com intuito de inclusão social de jovens pobres, Pereira (2004) faz uma análise crítica do Programa Federal Serviço Civil Voluntário (SCV) de 1996 a 2002, um instrumento para gerir a pobreza focalizado no atendimento de jovens pobres, predominantemente homens e negros. De acordo com o autor, o SCV

[...] se insere na lógica de um modelo produtivo que institui um mercado de trabalho com algumas ocupações estáveis e aloca uma vasta mão-de-obra precária, subcontratada, não-qualificada para tarefas pouco humanas. O Estado, refém desta lógica, atua promovendo ações pontuais de “inclusão social” que são financiadas com as sobras de um fundo público “restrito”. São políticas para administrar a nova pobreza juvenil, uma vez que as condições para a sua superação – crescimento econômico com geração de empregos e distribuição de rendas – não estão dadas (PEREIRA, 2004, p.16).

Como nos mostra Louzano (2011, p.10),

Meninos pretos no Nordeste, cujos pais não têm o ensino fundamental, seguem representando o grupo mais propenso a repetir ou abandonar a escola. Sua probabilidade de chegarem no 5º ano tendo repetido ou abandonado a escola pelo menos uma vez caiu de 70% para 65%. Por outro lado, as mulheres brancas da região Sudeste, cujos pais têm alta escolaridade, ainda apresentam a menor probabilidade de fracasso escolar (10%) e a maior queda (8% entre 2001 e 2011).

Com base em alguns estudos, a autora menciona dois fatores presentes para o fracasso escolar desse grupo de estudantes, sendo eles: fatores externos à instituição e outros pertencentes ao sistema escolar. Uma das causas externas à escola está ligada ao baixo nível de escolarização dos pais dos/as estudantes. Com base nos dados do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), Louzano (2011, p.05) diz que,

Em 2011, entre os alunos pretos, 43% já havia tido alguma experiência de fracasso escolar (contra 50% em 2001), enquanto que 27% dos alunos brancos passaram pela mesma situação (contra 30% em 2001). Portanto a diferença racial com respeito ao fracasso escolar caiu de 20 p.p. para 16 p.p. Ainda que a incidência do fracasso escolar tenha diminuído para todos os grupos, e em maior grau para os alunos pretos, ela ainda é maior entre esses últimos.

Ou seja, mesmo com uma melhora nos índices gerais, os estudantes negros ainda correm mais riscos e estão mais inclinados ao abandono e fracasso escolar. Já no recorte regional, ainda com base nos dados da SAEB, de 2001 a 2011,

A região Nordeste é a que mais apresenta diminuição da desigualdade entre brancos e pretos (3,4 p.p.), apesar de não ser a mais desigual (a diferença na probabilidade de fracasso entre pretos e brancos é de 8 p.p). Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste – que apresentam desigualdades acentuadas entre brancos e pretos na probabilidade de fracasso escolar (20 e 16 p.p., respectivamente) – não mostraram diminuição significativa no período (2,6 p.p.) (LOUZANO, 2011, p.08).

As desigualdades educacionais entre brancos e negros no Brasil são decorrência de princípios histórico-sociais e econômicos. Esse cenário de fracasso escolar de um grupo de estudantes evidencia um problema na estrutura do capitalismo o qual é desigual em todo âmbito social. Como a escola vai se constituir em um espaço formativo e emancipatório, considerando esta realidade social?

Alguns textos aqui analisados apresentam outros elementos dentro das escolas que contribuem para o insucesso escolar desses alunos pobres e negros. Pinho (2011) levanta em sua pesquisa algumas questões sobre a discriminação racial no cotidiano escolar. Segundo a autora,

A rejeição à criança negra, na relação professora e aluno, ocorre muitas vezes porque a mentalidade da professora foi formada por uma cultura que desvaloriza os potenciais dos negros, em vista dos mitos que se inscrevem no imaginário social. Munanga e Neuza Santos Souza destacam alguns: “retardado, perverso, selvagem, com maus instintos”; “irracional, o feio, o ruim, o sujo”, etc. (PINHO, 2011, p.07).

Essas desigualdades escolares entre pretos e brancos, somada aos discursos de uma estrutura social racista, implicam em graves consequências diretas e indiretas na vida desse grupo. A escola pública brasileira, por estar inserida nessa estrutura, acaba criando novas formas de exclusão. Sendo assim, é preciso tornar o sistema educacional um mecanismo que aja contra as injustiças e a disseminação de discursos discriminatórios, uma vez que o racismo, como resultado do desenvolvimento sócio-político histórico, sempre gerará condições de maneira direta ou indireta de discriminação constante de algumas categorias sociais e a escola tem a obrigação de contribuir para o fim desse processo.

O percurso da população negra é marcado por discriminações raciais e exclusões desde cedo e em vários setores da sociedade e essas questões estão presentes, muitas vezes, inclusive no ambiente escolar. Por isso, é fundamental que as lutas antirracistas possam ser uma tarefa, também, das escolas.

4.4.4. Pobreza e desigualdade social e a questão habitacional

Dois dos textos analisados trazem discussões sobre a pobreza presente na sociedade brasileira e as implicações para diversas áreas da vida, seja na saúde, na educação ou na moradia. Para os mais pobres resta uma vida à margem, as periferias, sendo que nos centros urbanos as desigualdades são ainda mais escancaradas. A respeito da moradia, Lima (2008) diz que durante o governo Vargas (1937-1945), no Rio de Janeiro, “numa nova tentativa de remodelar a cidade, o projeto de urbanização considerava agora a favela como empecilho. O Código de Obras de 1938 mostra melhor essa relação no que compete à consideração das favelas como uma ‘aberração’, impedindo melhorias e sugerindo seu fim” (LIMA, 2008, p.02).

Segundo o que nos mostra a autora, as pessoas que até então conseguiam morar apenas nas favelas, seriam realocadas em lares provisórios, e dentro desses espaços, seria preciso, de acordo com Victor Tavares de Moura¹⁴, educar, fiscalizar, corrigir, disciplinar e selecionar. Em 1941, segundo Lima (2008), o Dr. Moura

[...]entrega o relatório de estudos do problema das favelas feito por uma comissão composta por dois engenheiros que estudaram os terrenos e os tipos de habitação. [...]. Este relatório evidencia sugestões que Victor Tavares de Moura chama de “preventivas” e “realizadoras”. Entre as medidas preventivas estavam soluções reeducadoras e controladoras, como por exemplo: “o controle de entrada no Rio de indivíduos de baixa condição social” e a promoção de “forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a escolha de melhor moradia” (LIMA, 2008, p.04).

A partir das discussões acerca das favelas do Rio, em 1942 o Largo da Memória foi a primeira favela escolhida pelo Governo Vargas a ser destruída, sendo a população levada para o primeiro Parque Proletário da Gávea. Esse parque foi

[...] inaugurado em março de 1942. Passava por um rígido controle, que não se dava somente in loco, mas na própria escolha de seus moradores. Às 22 horas era fechado o portão de acesso. Segundo Ney Oliveira (1981), no Parque da Gávea tinham-se os seguintes serviços: creche, solário, cultura física, escotismo, bibliotecas, uma Igreja Católica, e uma Escola Pública, entre outras funções. Ainda assim, algumas crianças frequentavam escolas fora do Parque. Percebemos, deste modo, que a tentativa de se estabelecer

¹⁴ Victor Tavares de Moura foi um médico que trabalhou na remoção das favelas e na criação dos Parques Proletários Provisórios na remodelação urbana do Rio de Janeiro durante o Estado Novo (LIMA, 2008).

um caráter provisório para os Parques, como seu próprio nome diz, não alcançou seu objetivo, já que acabou tendo sua estrutura durante anos e acabando por se constituir, anos mais tarde, novas favelas (LIMA, 2008, p.04).

Dessa forma, ainda que tenham sido chamados de provisórios, os parques proletários acabaram se tornando permanentes, e muitas famílias continuaram a morar neles por muito tempo. Esses espaços simbolizam um projeto do Governo de Vargas para enfrentar o problema habitacional no Rio de Janeiro, porém, também recebeu muitas críticas por suas condições precárias de moradia.

Outra realidade dos grandes centros urbanos quanto à habitação é o número cada vez maior da população em situação de rua que, de acordo com o IPEA¹⁵, atualmente atinge mais de 281,4 mil pessoas que não têm onde morar. Entre 2019 e 2022 esse número teve um aumento de 38%, intensificado pela pandemia de Covid-19.

Fialho (2019), em seu texto “Biografia de um jovem faminto: moradia na rua, fome e educação”, delinea como o sujeito que se encontra em situação de rua é cerceado de seus direitos. A autora nos mostra a trajetória de João, que vive a mais de 10 anos na rua. A partir desse caso conclui-se que

[...] ele não conseguia vislumbrar nada diferente para seu futuro além da vida na rua. Ele não mencionou retomar os estudos, conseguir um trabalho ou mesmo constituir uma família. Todo o seu relato de vida direcionava-se ao desejo de saciar sua fome. Tal constatação permite inferir que a situação de fome “aprisiona” o indivíduo em condições subumanas de vida de tal forma que a sua maior preocupação não extrapola o plano do presente imediato, saciar a fome, proporcionando condições ínfimas de elaboração de planos a longo prazo e mudança de perspectiva de vida, inclusive, por meio da escolarização. Destaca-se que 10 anos nas ruas fizeram João naturalizar essa condição; esse ciclo de situação de rua, para ser interrompido (FIALHO,2019, p.05).

Entre os motivos que o levaram a essa situação, a pobreza extrema e conflitos familiares foram os principais, mas não são exclusivos dele, a rua é repleta de pessoas como João. De modo geral, a autora traz reflexões acerca da realidade social

¹⁵ IPEA. População em situação de rua. Disponível em:< <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil#:~:text=Assim%2C%20para%202020%20e%202021,nos%20registros%20do%20Cadastro%20%C3%9Anico>>. Acesso em 19 maio 2023.

brasileira e a importância de compreender a complexidade das questões relacionadas à exclusão social e à pobreza de uma população vulnerável e invisibilizada.

Como podemos ver, a questão habitacional, principalmente nos grandes centros urbanos, sempre foi uma questão “a ser resolvida”. Aos mais vulneráveis restam como alternativas, as favelas ou bairros afastados dos centros e as ruas. Porém, de acordo com Artigo 6º da Constituição Federal, a moradia é um direito do cidadão brasileiro. O que faz com que muitos brasileiros não consigam acessá-lo? É recorrente aqui falarmos sobre as contradições do capitalismo, e mais uma vez ela está presente. Não esqueçamos que a moradia, assim como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados são direitos sociais para todos os brasileiros.

4.4.5. Pobreza e desigualdade social e políticas de transferência de renda

Este item tem como referência seis das produções textuais selecionadas. Nelas, os autores trazem elementos para discutir qual o papel das políticas de transferência de renda com relação à temática “pobreza e desigualdade social”. De acordo com Oliveira (2004), uma das formas de perpetuação da pobreza, da desigualdade e exclusão social é a má distribuição de renda, algo presente na sociedade capitalista. Neste caso, cabe ao Estado, por meio de políticas públicas, alterar essa realidade utilizando recursos como os programas de transferência de renda.

Oliveira (2004) traz alguns aspectos sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) para delinear o papel da política de transferência de renda no enfrentamento das desigualdades sociais com base em Lavinias (1998) e Camargo (1988). De acordo com Lavinias (1998), Políticas de transferência de renda tem um papel primordial para o enfrentamento inicial e imediato no combate à extrema pobreza. Camargo (1988), por sua vez, diz que a renda mínima teria que ser baseada e alocada na unidade familiar e não no indivíduo, como também defende o vínculo do benefício com a escolarização dos integrantes da família, apoiando-se na lógica de que o PGRM

[...]rompe com o estigma do assistencialismo e incorpora o componente de mudança estrutural na situação econômica e social do Brasil. Finalmente, com a frequência compulsória, seria possível, no longo prazo, quebrar o ciclo vicioso de perpetuação da pobreza. (OLIVEIRA, 2004, p.3)

Para além desses aspectos, o autor apresenta argumentos sobre as consequências diretas e inevitáveis do processo de má distribuição de renda e como os programas de transferência de renda condicionada, neste caso o Programa Bolsa-Escola, utilizado como instrumento reparatório, modifica este cenário.

No que se refere à distribuição da renda, as leis de mercado não são capazes de gerar uma repartição justa dos rendimentos, podendo originar níveis socialmente inaceitáveis de desigualdade, pobreza e exclusão social. Dessa forma, cabe ao Estado corrigir as assimetrias de renda originadas pelo mercado, valendo-se, para isso, de vários mecanismos dentre os quais os programas de transferência ou suplemento de renda para apoio financeiro aos mais pobres, basicamente viabilizados por meio da elevação de receitas via tributação – os chamados programas de garantia de renda mínima (PGRM) (OLIVEIRA, 2004, p.01).

Mas até quando o Estado vai precisar ficar corrigindo essas desigualdades originadas pelo mercado? O papel do Estado é fundamental na garantia dos direitos a todos/as, entretanto, se o Estado responde aos interesses de uma classe dominante, como citado anteriormente, e esse sistema é responsável por criar novas condições de manutenção da pobreza e desigualdades, a solução para a erradicação desses fenômenos se daria pela superação do capitalismo. Afinal, o Estado é o Estado do capital.

Oliveira ainda reforça que,

A pobreza se manifesta, assim, na ausência ou na falta de bens e serviços que podem ser materiais ou universais, como moradia, lazer, educação e saúde. Há, portanto, um outro olhar para a questão da pobreza que engloba o não acesso a bens simbólicos, como a cultura e a liberdade, por exemplo. Neste sentido, **o efeito mais perverso da pobreza é a redução substancial da liberdade de escolha individual**, uma vez que o pobre não tem possibilidades plenas de exercer sua função de agente maximizador de bem-estar. Os pobres estão, dessa forma, submetidos a situações de privação de suas capacidades e, portanto, cada vez mais afastados e/ou excluídos da estrutura social e econômica (OLIVEIRA, 2004, p. 04, grifos meu)

O autor ainda menciona, com base em Camargo (1988), aspectos relacionados à renda e à educação: primeiro, quanto mais baixa a escolaridade, menor o salário; segundo, a dificuldade das famílias pobres em manter os filhos na escola, já que

muitos precisam ingressar desde muito jovens no mercado de trabalho para ajudar a compor a renda familiar. Conseqüentemente, a criança ou adolescente pobre terá uma probabilidade de ter um nível de escolaridade menor, com baixos níveis de qualificação, o que resultará em força de trabalho mais barata, mantendo com isso o ciclo vicioso da pobreza.

Por fim, mais uma das críticas que o Programa Bolsa-Escola, como PGRM recebia, era o fato de não controlar a forma como as famílias beneficiárias gastariam o dinheiro transferido, e essa atitude era intencional, com intuito de proporcionar autonomia para as pessoas que utilizassem o benefício. A prefeitura se incumbia da função de fiscalizar. À medida que Oliveira (2004) vai pontuando, deixa claro que órgãos públicos se atentaram ao controle da frequência escolar - de 85% - das crianças cujas famílias estavam inscritas no programa. Contudo, esse fato de não existir uma interferência institucional para com as famílias no trato com o dinheiro gerou muitas críticas por parte da sociedade e famílias não-bolsistas.

O Bolsa Família continuou sendo alvo de críticas também pelo fato de não controlar a forma como as famílias beneficiárias vão utilizar o benefício. Baseados em senso comum e desinformação, alguns setores da sociedade reforçam um estereótipo negativo a respeito dos/as beneficiários/as do Programa, olhando a situação quase sob uma ótica de caridade, não como a garantia dos direitos básicos.

Do mesmo modo que o Programa Bolsa-Escola, o PBF também possui condicionalidades, e Pires (2012) levanta algumas reflexões a respeito dessas condições presentes na educação, as quais já pontuamos na seção 2.2 do capítulo 2.

Sobre a eficiência de Programas de Transferência de Renda Condicionada, o autor pauta as discussões a partir de Reimers, Silva e Trevino (2006), os quais argumentam que os Programas de Transferência de Renda Condicionadas como o PBF são eficientes em alguns âmbitos (alimentar, saúde e nutrição), além da autonomia que emprega às famílias beneficiárias, podendo então, cada núcleo escolher como irá utilizar a renda transferida.

Já Oliveira diz que,

[...] a ausência ou um nível de renda muito abaixo do socialmente aceitável pode ser um fator preponderante para que as relações do indivíduo com a

sociedade e o mercado fiquem cada vez mais fragilizadas, contribuindo para que ele seja futuramente excluído deste cenário de interações que vêm se consolidando em função do dinheiro (OLIVEIRA, 2004, p.07).

Isto é, como já vimos, quanto menor o nível de escolaridade e qualificação profissional, maior a condição de geração de uma força de trabalho mais barata, dando continuidade ao ciclo de produção, reprodução e manutenção da pobreza. Mas vale ressaltar que a educação pode colaborar com a minimização desse problema dentro dos limites do sistema, contudo, sabemos que ela, respondendo à perspectiva ideológica neoliberal reforça ainda mais a manutenção desse cenário desigual.

Partindo inicialmente dos impactos positivos que o PBF desempenha, Marochi e Conde (2021) pontuam que um deles é o fato de as mulheres serem as titulares do benefício, o que as garante autonomia e um protagonismo, muitas vezes, não exercido por elas, já que, dentro da constituição familiar patriarcal e heteronormativa, a mulher fica encarregada dos trabalhos domésticos, sem remuneração.

Por conta da condição marginalizada, muitas mulheres são submetidas a situações de violência por não terem outras oportunidades de escolha devido às circunstâncias as quais vivem, já que, desde muito cedo, ainda crianças, são encarregadas de responsabilidades de cuidados domésticos (cuidar da casa, dos irmãos mais novos, entre outras atividades).

Ou seja, as autoras discutem como o PBF tem um impacto imediato na vida das mulheres que estão em situações de vulnerabilidade social e, para as autoras, a pobreza tem gênero e cor.

Relacionada a essa questão de gênero e cor, elas pontuam que, historicamente, desde muito antes do processo de industrialização, que culminou com a entrada de mulheres e crianças para trabalharem no chão das fábricas, mulheres e crianças negras já trabalhavam. O contexto social e econômico mudou, mas continua ainda sendo os negros, principalmente as mulheres negras as mais pobres, que estão em subempregos e que vivem a violência e a dor da pobreza na linha de frente, além de enfrentarem a dupla jornada de trabalho.

De acordo com IBGE (2022), em 2021, a incidência da extrema pobreza e pobreza de maneira total entre homens era de 28,6% e entre as mulheres de 30,2%. Quando analisado pelo recorte de cor e raça, o percentual de brancos é de 18,6% e pretos ou pardos 37,7 %. Olhando a partir da ótica do sexo e raça, homens brancos

representam 18,1%; homens pretos ou pardos 36,5%; mulheres brancas 19,5% e mulheres pretas ou pardas 39,0%.

Outro assunto discutido por alguns trabalhos, foi sobre as implicações do PBF nos diversos setores sociais. De forma mais imediata, o Programa soluciona problemas urgentes como a fome e acesso à moradia. No que diz respeito à educação, os resultados são a longo prazo, visto que o objetivo, conforme a Constituição, é uma educação que vise o desenvolvimento pleno da pessoa. Com isso, Pauly e Orth (2008) destacam a importância de investimento e aprimoramento das instituições e qualificação do corpo docente em prol de uma educação que funcione e consiga solucionar, na prática, as contradições e questões que afetam a população mais pobre.

Os autores ainda destacam o PBF como ferramenta, por meio do estímulo e inclusão social, para redução da violência. É um programa social que visa melhorias e soluções para além de uma política redistributiva, abarcando setores como a saúde e a educação. Sendo assim,

O PBF é uma política pública de redução da violência que parece mais inteligente que a redução da idade penal. O PBF criou uma estratégia racional para que a sociedade supere as limitações da justiça retributiva. O Programa propõe e realiza, com evidentes limitações, uma estratégia preventiva que vincula políticas públicas sociais entre si, criando possibilidades objetivas para a ação em rede entre os sistemas de ensino, de assistência social, do Sistema Único de Saúde/SUS e de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, numa política econômica redistributiva (PAULY; ORTH, 2008, p. 07).

Pires (2012) reforça que, apesar de alguns autores criticarem as condicionalidades do PBF no que tange à educação, estudos mostram vantagens. É o caso do apresentado por Kassouf & Glewwe (2008), que se debruçaram nos dados do Censo escolar de 1998 a 2005 e concluíram ser positivos os resultados educacionais relativos aos participantes do Programa. Os dados permitem afirmar que as crianças assistidas pelo Programa tendem a frequentar mais a escola, nela permanecerem e nela progredirem. Porém, pouco se acrescenta em termos qualitativos sobre o ensino oferecido.

De acordo com o autor, há por vezes

um significado simbólico das condicionalidades, qual seja, atender à demanda daqueles que julgam que ninguém pode receber uma transferência do Estado – especialmente os pobres – sem prestar uma contrapartida direta. As condicionalidades seriam algo equivalente ao ‘suor do trabalho’; sem essa simbologia, o programa correria o risco de perder apoio na sociedade (Medeiros, Britto, & Soares Apud Pires, 2012, p. 10).

Lunelli (2021), ao analisar a trajetória de estudantes dos anos finais do ensino fundamental, vinculados ao PBF, verifica que, apesar de muitos empecilhos por esses/as vivenciados, muitos/as com suas trajetórias escolares interrompidas, os dados levantados pela pesquisa mostram que o PBF desempenha um importante papel no que diz respeito à permanência dos/as mesmos/as na escola.

Conforme as análises sobre as trajetórias escolares dos estudantes beneficiários do PBF durante o recorte temporal que envolve os anos de 2013 a 2017, revela que 49,2% dos alunos apresentam trajetórias contínuas durante o período em que se mantêm vinculados ao Programa. Quando considerada a porcentagem válida, excluindo os casos sem informação, esse percentual aumenta para 66,2%. Isso pode ser um indicativo do poder de proteção do PBF em relação às trajetórias escolares, uma vez que, historicamente, os estudantes mais pobres convivem com situações ainda mais agudas de fracasso escolar (LUNELLI, 2021, p. 06).

Porém,

[...] o sucesso do Programa repousa no aumento no número de matrículas, na diminuição nas taxas de abandono e na elevação das taxas de aprovação das crianças assistidas pelo PBF. Evidentemente, são resultados importantes, todavia, para retomarmos as considerações feitas no item anterior, pouco dizem respeito em relação à qualidade do ensino oferecido. Os dados permitem afirmar que as crianças assistidas pelo programa tendem a frequentar mais a escola, nela permanecerem e nela progredirem. Porém pouco se acrescenta em termos qualitativos sobre o ensino oferecido (PIRES, 2012, p. 10).

Haja visto que o problema para superação de um fenômeno complexo como a pobreza não pode ser responsabilidade de um único setor da sociedade, como a escola, nem tampouco uma única política pública, as autoras entendem que, “a avaliação pedagógica do PBF requer vigilância epistemológica contra a crença na relação causal entre cognição e pobreza. Não há relação monocausal entre fracasso escolar e carência econômica ou o inverso” (PAULY; ORTH, 2008, p.11).

Levando em consideração essas questões, Pires (2012) reforça indícios que questionam a condicionalidade escolar em prol do rompimento do ciclo intergeracional

da pobreza. De acordo com ele, “as modernas sociedades ocidentais, tendo em vista a forma como organizam a sua produção e consumo, tendem a ter um contingente cada vez maior de desempregados qualificados, pondo em dúvida a correlação entre maior escolaridade e emprego” (PIRES, 2012, p. 14).

Para demonstrar que apenas uma única política pública ou que um setor não consegue exercer a função de erradicação da pobreza, apesar de os índices de escolaridade dos/as estudantes beneficiários/as aumentarem no decorrer do período que estão inscritos no Programa, podemos citar a realidade do trabalho infantil, que ainda é recorrente na vida das crianças oriundas de famílias pobres.

No tocante à efetividade da exigência de frequência escolar presente no desenho do Programa Bolsa Família como forma de enfrentar o trabalho infantil, dados contidos no suplemento especial do Programa Bolsa Família da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2006, analisados por Célia Kerstenetzky e Alessandra Brito (Kerstenetzky & Brito, 2011), indicam que a porcentagem de crianças entre 10 e 15 anos cobertas pelo programa e que exerceu algum trabalho na semana de referência da pesquisa é significativamente maior quando comparada com crianças da mesma idade não cobertas pelo benefício. Segundo a PNAD de 2006, 15,1% das crianças entre 10 e 15 anos cobertas pelo PBF trabalharam na semana de referência da pesquisa, ante 8,6% para o grupo de não beneficiários com a mesma idade. As autoras vêem com preocupação esses números, uma vez que indicam que o valor pago às famílias cobertas pelo PBF não está sendo suficiente para coibir o trabalho infantil, contrariando, portanto, uma das intenções do programa (PIRES, 2012, p. 06).

Decorre da análise de alguns trabalhos, feita aqui, que apenas a permanência de crianças e jovens na escola não leva à superação das questões sociais. É importante que compreendamos que programas como o PBF são recursos importantes e necessários, mas são apenas um componente em favor das pessoas mais vulneráveis socialmente para que tenham acesso aos seus direitos básicos.

5. Considerações finais

Entendendo a pobreza como resultado do sistema vigente, com base na teoria marxista, compreendo que esse fenômeno nunca será erradicado por meio de soluções gestadas dentro do próprio sistema que não atinjam a sua estrutura. No máximo, as soluções apresentadas até o momento têm levado a uma contenção de alguns problemas sociais, mas não poderão levar à superação dos mesmos, dentre eles, a pobreza. Isso porque o modo de produção capitalista não apenas produz, como necessita que haja a distinção de classes sociais, portanto, daqueles/as que possuem a riqueza concentrada e daqueles/as que vivem na pobreza. Ou seja, toda e qualquer luta por justiça social só terá resultado no momento em que as pessoas tenham seus direitos colocados acima da lógica capital. Nesse sentido, é necessário construir uma sociedade sem classes sociais e com uma nova forma de garantir a produção e reprodução do ser social.

Considerando o objetivo deste TCC, qual seja, analisar como a temática pobreza e desigualdade social foi discutida nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2003 a 2021, levantamos os textos que trataram da temática, dentro dos GTs selecionados, a partir da busca pelos termos pobre, pobreza, desigualdade social e Bolsa Família. Foram selecionados para análise aqueles que davam um tratamento um pouco mais elaborado à temática.

No decorrer do processo de levantamento dos trabalhos, ficou evidente que os termos pobre e pobreza foram amplamente citados nos trabalhos apresentados nos GTs pesquisados. O termo desigualdade social, por sua vez, foi bem menos citado e aparece sempre atrelado ao fenômeno do pauperismo. Por fim, o termo Bolsa Família, considerando o recorte temporal de 2003 a 2021, foi o que menos apareceu, tanto que em várias Reuniões da ANPED ele não foi sequer mencionado em nenhum dos trabalhos dos GTs selecionados e, nas Reuniões Anuais que ele aparece, isso ocorre em pouquíssimos trabalhos.

Ainda com relação ao PBF, vale salientar que nem mesmo nos anos seguintes após a implementação do Programa, o termo foi discutido ou citado, sendo que o mesmo foi mencionado pela primeira vez na Reunião Anual de 2008, em um único

texto do GT 03. Fica o questionamento: por que foi dada tão pouca atenção a um programa social que teve e tem uma importância significativa no que diz respeito à educação em uma entidade que focaliza seus debates em pesquisas na área da educação?

A ampla maioria dos textos selecionados trazem um viés sócio-político de cunho socialdemocrata, visto que fazem críticas à pobreza e à desigualdade social e a tudo que se relaciona a esses fenômenos, no entanto, apresentam soluções a partir do próprio sistema social que gera tais fenômenos. Nesse sentido, a identificação das causas e soluções para a pobreza e para a desigualdade social são sempre parciais. Ou seja, desconsideram os limites estruturais do capitalismo que impedem que muitos dos problemas sociais sejam resolvidos, em especial, a pobreza.

A condição do ambiente escolar como fomentador da “exclusão social” dos mais pobres; o papel do Terceiro setor na educação dos pobres; o prisma racial relacionado à pobreza e à desigualdade social; as questões relacionadas à habitação e à pobreza, e a forma como os Programas de Transferência de Renda Condicionadas, como o PBF, implicam na vida das famílias e dos estudantes beneficiários, foram os assuntos mais destacados nos textos analisados.

No que diz respeito a escola pública como um lugar de inclusão e “exclusão social” e o papel que a educação desempenha na sociedade, como também a forma com que o sistema educacional é estruturado e implementado, alguns autores/as trouxeram uma crítica sobre as contradições presentes no sistema educacional. O sucateamento, a falta de investimentos públicos na educação são elementos que ajudam a fomentar essas contradições e desigualdades sociais e educacionais.

Entre os elementos abordados nos textos, a educação de cunho colonialista, baseada em uma cultura eurocêntrica, é apontada como forma de invisibilizar as realidades diferentes visto que os currículos tendem a promover alguns valores e visão de mundo que tendem a perpetuar as desigualdades e hierarquias sociais, tomando o diferente como o “outro”, o que tem que se adequar. De acordo com essa lógica, é dever do estudante ter que adequar-se à escola e não o contrário e, caso não consiga alcançar o sucesso escolar, a culpa recai sobre o estudante. A culpa é individual.

Infraestruturas precárias, falta de recursos financeiros e materiais são impasses que as escolas públicas enfrentam sobretudo nas regiões periféricas das cidades. Como visto na seção 3.3.1, Knijnik e Schefer (2018) criaram o termo periferia das periferias para retratar aquele que era o local mais vulnerável da cidade e destacaram a sobrecarga de funções que as instituições de educação têm nessas localidades. A partir disso questiono: baseado em quais dados materiais poderíamos culpabilizar o estudante por não alcançar o sucesso escolar em uma escola com uma infraestrutura precária, que não investe em qualificação dos professores e que ignora as desigualdades socioeconômicas e culturais?

O número cada vez maior de funções assumidas pela escola mostra o quanto, no capitalismo, o sucateamento é intencional, ou seja, não é por acaso ou uma consequência indireta, pelo contrário, essa demanda que não diz respeito ao papel que a escola teria que desempenhar e que recai sobre ela, abre brecha aos interesses do Terceiro Setor sobre a educação. Este entra com o discurso de que vai ajudar a suprir lacunas do sistema educacional, promover oportunidades e inovação, atuando de forma conjunta com o Estado. Essa retórica é apenas discursiva, a educação é um direito e é papel do Estado prover, entretanto, no capitalismo os direitos viram mercadorias e o interesse do Terceiro Setor na educação não é a melhoria do ensino público brasileiro.

Referente às questões habitacionais evidenciadas aqui, percebemos que as tentativas de solução dos problemas de moradia nos grandes centros urbanos estão relacionadas à invisibilização da pobreza, conforme podemos observar com o projeto de urbanização do governo Vargas (1937-1944) como alternativa para acabar com as favelas no Rio de Janeiro. Ausência de planejamento urbano, falta de investimentos, localização inadequada e precariedade das habitações foram alguns problemas que essas famílias que foram realocadas nos lares temporários tiveram que enfrentar. O planejamento não era melhorar a qualidade de moradia daquelas pessoas, a preocupação era com a vista da cidade. As favelas incomodam por estarem perto demais, por expor os contrastes sociais de forma evidente.

Concluo também que, a pobreza e a desigualdade social como questões socioeconômicas complexas que afetam boa parte da população brasileira, fazem com que algumas pessoas não consigam acessar nem mesmo os recursos básicos

necessários para a manutenção da vida, sendo que os Programas de Transferência de renda, a exemplo o PBF, desempenham um papel importante para o enfrentamento dessas problemáticas mais urgentes, como a fome. Outro ponto importante do Bolsa Família é o papel que ele desempenha na vida das mulheres beneficiárias, proporcionando a muitas uma autonomia financeira que até então não tinham.

Dentre os assuntos discutidos, não podemos ignorar o prisma racial em nenhum dos aspectos. De acordo com o IBGE (2022), as desigualdades entre homens e mulheres por rendimento per capita é muito grande, mas quando olhamos sob o recorte por cor ou raça, homens brancos representam 18,1%, os homens negros representam 36,5% de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza em 2021. Já para as mulheres brancas, o percentual é de 19,2% e para as mulheres negras, 39,0% no mesmo ano. Isso evidencia que a desigualdade brasileira, para além de uma questão de gênero é, também, uma questão racial.

A desigualdade social tem a pobreza como um dos seus extremos. Ao analisarmos os dados de 10% da população com menor rendimento e de 1% com maior rendimento no Brasil, de 2004 a 2015, veremos mais uma vez a disparidade socioeconômica entre brancos e negros, conforme IBGE (2015). Em 2004, dos 10% mais pobres 73,2% eram negros e 26,5% eram brancos. Já entre o 1% mais rico, 12,4% eram negros e 85,7% brancos. De 2004 a 2015 ocorreu uma mudança no percentual, acentuando ainda mais a desigualdade racial, dado que, dos 10% mais pobres os negros representavam, em 2015, a porcentagem de 75,5% e de brancos 23,4%.

Se percentualmente os/as negros/as são os/as que apresentam maior vulnerabilidade social, são eles/elas as maiores vítimas e os/as que mais sofrem com as questões habitacionais, são os/as que mais precisam de políticas de transferência de renda condicionadas, como o Bolsa Família, como também são maioria no ensino básico público no Brasil. Considerando as temáticas que aparecem nos textos, entendemos que a questão racial está imbricada em todas elas.

Dessa forma, concluo que a educação não precisa de uma reforma apenas do modelo educacional, mas sim de uma reestruturação da sociedade que pense a educação sob outra perspectiva. Antes de questionar qual o modelo de educação, devemos pensar qual o modelo de sociedade em que estamos inseridos. Enquanto a

ordem social for o capitalismo, a educação não vai privilegiar o desenvolvimento da socialização do conhecimento, por exemplo, seu papel é, primeiramente, mercadológico, seu objetivo é formar capital humano e, com discurso de que, a partir de uma educação inovadora, os sujeitos vão conseguir ascender socialmente. A educação no capitalismo tem a função de atender a uma demanda do mercado de trabalho. Esse é o projeto de educação capitalista. Para além disso, também tem um papel ideológico importante para a manutenção desse sistema social, apesar de se constituir em um espaço de disputa política, podendo contribuir para o desvelamento do funcionamento dessa ordem. Não sem motivo, a classe dominante tem muito interesse em construir o modelo de educação que lhe interessa.

Finalizo este trabalho com uma compreensão melhor de como a temática “pobreza e desigualdade social” tem sido discutida no âmbito da educação, visto que os trabalhos analisados foram apresentados na ANPED. Este tipo de estudo leva a uma compreensão de certos aspectos, mas também gera muitos questionamentos, o que mostra que há muito a ser feito e estudado sobre essa temática tão complexa, presente em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Org). Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 195-209

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 1977.

BIALAKOWSKY, Alberto L.; LÓPEZ, Ana L.; PATROUILLEAU, M. Mercedes. **Práticas Governamentais na Regulamentação de Populações Extinguíveis**. In: Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial Clacso, 2007, p. 151-189. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/clacso-crop/20120708070337/07bial2.pdf>

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 24, maio de 2021.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Brasília, DF. Acessado em: 14, set. de 2022

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar**. Rio de Janeiro, 2010, p. 269-290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/8hCwhrsHQHYBBjmFm6h6xqQ/?format=pdf&lang=pt>

CATTANI, Ricardo. **Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina**. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Org). Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007, p. 211-236

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Filantropia em Educação no Brasil: A Outra Face DA Oferta de Educação Básica aos Pobres ou Demissão do Estado?** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 05. Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT05-4561--Int.pdf>

DUARTE, Natalia de Souza; YANNOULAS, Silvia Cristina. **O Percorso Escolar da População em situação de Pobreza**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 05. Natal, RN, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT05/GT05-154%20int.pdf>

FIALHO, Lia Machado Fiuza. **Biografia de um Jovem Faminto: Moradia na Rua, Fome e Educação**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 02. Niterói, RJ, 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5406-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf

GARCIA, Adir Valdemar. **A pobreza humana: concepções, causas e soluções**. Florianópolis: Editoria em Debate, 2012. 435 p. Disponível em: <http://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/a-pobreza-humana>

GARCIA, Adir V.; YANNOULAS, Silvia C. **Educação, pobreza e desigualdade social**. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 99, p. 21-41, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3198/2933>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; LIMA, Iranete Maria da Silva. **Educação e Desigualdades Sociais nas Escolas Públicas do Campo em Tempos de pandemia da Covid-19**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 03. Belém do Pará, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_42_14.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida dos brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv29353.pdf>>. Acesso em: 22, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 22, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 22, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101629>>. Acesso em: 22, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 22, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2020. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 23, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em: 23, maio de 2023

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2022. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>>. Acesso em: 23, maio de 2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema.** - Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5697/1/NT_n14_Bolsa-familia-Brasil-carinhoso_Disoc_2012-dez.pdf>. Acesso em: 20, set. de 2021

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa_Bolsa_Familia-uma_d%C3%A9cada_de_inclus%C3%A3o_e_cidadania.pdf>. Acesso em: 20, set. de 2021

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. **A Gestão da Pobreza Juvenil: Uma Análise de Um Programa Federal de Inclusão Social para Jovens Pobres.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 03. Caxambu, MG, 2004. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/t036.pdf>

LEITE, Lúcia Helena Alvarez; RAMALHO, Bárbara Bruna Moreira. **Pobreza e Educação (Anti) colonial.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 03. Belém do Pará, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_25_22.

LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. **Políticas Assistenciais como Alternativas para Educação: Considerações sobre as Habitações populares, as Conferências Nacionais de Educação e o Papel dos Intelectuais Durante o Primeiro Governo Vargas.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 14. Caxambu, MG, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT14-4359--Int.pdf>

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál., Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOUZANO, Paula. **Fracasso Escolar: Evolução das Oportunidades Educacionais de Estudantes de Diferentes Grupos Étnico-raciais.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 14. Natal, RN, 2011. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt14_trabalhos_pdfs/gt14_3152_texto.pdf

LUNELLI, Polyana. **Trajetórias Escolares dos Estudantes Vinculados ao Programa Bolsa-Família: Um Olhar sobre a garantia de Direitos à Educação nos Anos Finais do Ensino Fundamental.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 14. Natal, RN, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_1_28.

MARCASSA; CONDE. **JUVENTUDE, TRABALHO E ESCOLA EM TERRITÓRIOS DE PRECARIÉDADA SOCIAL.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. GT09, ANPED, Belém do Pará, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT09_302.pdf

MAROCHI, Ana Claudia; CONDE, Soraya. **A Condição das Mulheres beneficiárias/Titulares do Programa Bolsa Família e os Limites Absolutos do Capital.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. GT09, ANPED, Belém do Pará, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_12.

MONEART ET AL. **Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família.** In: Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 1453-1462, 2007. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v12n6/v12n6a06.pdf

MOREIRA, Luiza. **Centros Integrados de Educação Pública: Uma Proposta de Educação e Cidadania: Uma proposta de educação e cidadania.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. GT02, Niterói, RJ, 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/4817-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf

MOREIRA, Simone Costa; SANTOS, Graziella Souza dos; GANDIN, Luís Armando. **Desescolarização do Ensino Fundamental nas Periferias Urbanas de Porto Alegre: Entre o Ensino e a Gestão da Pobreza.** In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. GT13, ANPED, Niterói, RJ, 2019. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5072-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Capital Social e o Novo-desenvolvimento Brasileiro: Mudanças no Pensamento sobre Desenvolvimento**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. GT09, ANPED, Natal, RN, 2011. Disponível em:

<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT09/GT09-255%20int.pdf>

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. **Desdobramentos do Efeito Renda nos Programas Bolsa Escola: A Experiência de Belo Horizonte**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 03, Caxambu, MG, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t051.pdf>>

OXFAM BRASIL. **País Estagnado**. São Paulo, 2018. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>

Acesso em: 28 jul. 2021

OXFAM BRASIL. **Nota da Oxfam Brasil sobre o fim do Bolsa Família**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/nota-da-oxfam-brasil-sobre-o-fim-do-bolsa-familia/> Acesso em: 28 jul. 2021

PAULY, Evaldo Luis; ORTH, Miguel Alfredo. **A Contradição Moral entre Educar e Encarcerar: A PEC nº 20, o Programa Bolsa Família e a Escola**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT 05, Caxambu, MG, 2008. Disponível em:

<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT05-4016--Int.pdf>

PASSOS, Joana Célia dos. **Jovens Negros: Trajetórias Escolares, Desigualdades e Racismo**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT 21, Caxambu, MG, 2006.

PINHO, Vilma Aparecida de. **Jovens Negros em Processo de “Ressocialização”: Trajetórias de Vida e Escolarização**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT 21, Natal, RN, 2011. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-951%20int.pdf>

PIRES, André. **Algumas Reflexões sobre as Condicionalidades em Educação presentes no Programa Bolsa Família**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT 05, Porto de Galinhas, PE, 2012. Disponível em:

http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT05%20Trabalhos/GT05-1348_int.pdf

RAMALHO, Bárbara; LEITE, Lúcia Helena Alvarez; MENDONÇA, Patrícia Moulin. **Coletivos em Situação de Pobreza e Educação Integral: Um Olhar a partir da Perspectiva Decolonial**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT 03, São Luís do Maranhão, 2017. Disponível

em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT03_684.pdf

REGUEIRA, Aparecida Tereza Rodrigues. **A Contribuição das Pesquisas Populacionais para o Estudo da Desigualdade Racial no Brasil**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT14. Caxambu, MG, 2006.

Silva, Maria Ozanira da S. e. **O DEBATE SOBRE A POBREZA: questões teórico-conceituais**. Revista De Políticas Públicas, v.6, n. 2, p.65–102, 2015. Disponível em:

http://www.gaepp.ufma.br/site/producao_cientifica_userview/download.php?id=264

SCHEFER, Maria Cristina. **Relações Periféricas na Escola: Incumbências e Sucumbências do Programa Bolsa Família**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED, GT 13. Goiânia, GO, 2013. Disponível em:

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt13_trabalhos_pdfs/gt13_3254_texto.pdf

SCHEFER, Maria Cristina Schefer; KNIJNIK, Gelsa. **A Periferia das Periferias e o Não-lugar Escolar: Um estudo tipo Etnográfico**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. Anais da ANPED, GT 06. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT06-3560.pdf>

TEIXEIRA; SILVA. **Caminhos de Jovens em Busca da Universidade: “Destinos” que não se cumprem**. In: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Anais da ANPED. GT14, Caxambu, 2009. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT14-5634--Int.pdf>

APÊNDICE

Apêndice A - Total dos termos levantados na 26ª Reunião Anual ANPED (2003):

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	18	1	0	0	6
3	15(1)	11(1)	3	0	7
5	16	9(2)	5	0	10
6	27	2	0	0	8
9	3	8	4	0	7
13	12	12	0	0	3
14	11(11)	2	5	0	9
18	5(1)	4(1)	8	0	3
21	12	3	5	0	6

Apêndice B - Total dos termos levantados na 27ª Reunião Anual ANPED (2004):

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	15(2)	4	1	0	8
3	30	21	6	0	10
5	18	28(2)	6	0	11
6	8	11(4)	4	0	8
9	13	2	2	0	11
13	4	2	5	0	7
14	1	0	2	0	2
18	7	3	8	0	6
21	16	7	7	0	9

Apêndice C - Total dos termos levantados na 28ª Reunião Anual ANPED (2005):

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	26	2	1	0	12

3	10	14	10	0	12
5	23	11(2)	3	3	9
6	60	13(1)	7	0	14
9	18	5	4	0	9
13	17	2	7	0	11
14	10(2)	5	3	1	6
18	7	6	7	0	9
21	34	13(1)	11	0	22

Apêndice D - Total dos termos levantados na 29ª Reunião Anual ANPED (2006)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	14	1	1	0	6
3	22	7	5	0	7
5	7	2	2	0	5
6	16	2(2)	2	0	8
9	19	5	0	0	6
13	17	1	5	0	6
14	22	9	3	0	10
18	15	8(1)	2	0	6
21	42	9	13	0	9

Apêndice E - Total dos termos levantados na 30ª Reunião Anual ANPED (2007)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	30	12	0	0	5
3	12	5	1	0	5
5	21	7(1)	9	0	8
6	31	7	6	0	13
9	9	5(1)	11	0	9
13	10	9(1)	8	0	6
14	12	5	8	0	8

18	3	4(1)	5	0	4
21	9	2	0	0	4

Apêndice F - Total dos termos levantados na 31ª Reunião Anual ANPED (2008)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	6(1)	4	0	0	3
3	12	5	2	1	6
5	42	39	9	44(1)	8
6	2	4(1)	1	1	3
9	2	4(1)	4	0	5
13	9	10	2(1)	0	7
14	11(2)	4(1)	4	0	8
18	16(1)	1	6	0	8
21	15(1)	3	1	0	8

Apêndice G - Total dos termos levantados na 32ª Reunião Anual ANPED (2009)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	20(1)	4	0	0	8
3	15	3	2	0	6
5	0	3	2	0	3
6	17(3)	6(3)	4	0	9
9	0	5	2	0	3
13	9	4	7(1)	1	7
14	9(1)	4	6	0	8
18	12	7(1)	5	1	7
21	10	0	0	0	3

Apêndice H - Total dos termos levantados na 34ª Reunião Anual ANPED (2011)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
------------	--------------	----------------	----------------------------	----------------------	------------------------

2	4	2	1	0	5
3	10(1)	1	8	1	7
5	18	78(13)	14(1)	3	13
6	5	2	5	0	7
9	14	14(6)	2	0	7
13	6	2	2	0	6
14	2	1	12	0	7
18	8	1	7	0	9
21	25(1)	16(1)	11(3)	0	14

Apêndice I - Total dos termos levantados na 35ª Reunião Anual ANPED (2012)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	7	4	2	0	4
3	21	4	3	0	7
5	26	22(2)	5	46	9
6	9	3	2	0	8
9	1	0	3	0	2
13	6	2	4	3	5
14	15	4	5	3	11
18	16	4	4	1	9
21	22	6	6(2)	1	11

Apêndice J - Total dos termos levantados na 36ª Reunião Anual ANPED (2013)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	7	2	1	0	3
3	9	6(1)	5(2)	1	6
5	0	2	9	1	5
6	4	2	3	0	8
9	5	12	3	2	3
13	10(1)	4(1)	1	29(1)	6

14	25(1)	9(2)	13	1	10
18	9	3	3	0	7
21	13	10(2)	12	0	11

Apêndice K - Total dos termos levantados na 37ª Reunião Anual ANPED (2015)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	4	0	1	0	4
3	9	12(1)	10	0	9
5	9(1)	6(1)	5	1	11
6	11(1)	3	8	1	7
9	8	6	1	0	5
13	8(1)	7(1)	3	2	10
14	7	9(1)	7	0	9
18	23	3	5	1	16
21	30	10	20	0	19

Apêndice L - Total dos termos levantados na 38ª Reunião Anual ANPED (2017)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	31	0	1	0	6
3	15(4)	12(1)	4	0	7
5	9	11	7	0	5
6	14	12(3)	9	0	13
9	15(1)	5	3(1)	1	6
13	4	3	4	0	5
14	1	4	18(2)	0	7
18	11	13	10	0	9
21	11	9	11	0	12

Apêndice M - Total dos termos levantados na 39ª Reunião Anual ANPED (2019)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
------------	--------------	----------------	----------------------------	----------------------	------------------------

2	16	24(3)	7	0	4
3	14	6	13	0	13
5	7	8	7	0	8
6	17	12	4	0	10
9	9	5	6	0	6
13	22(2)	22(1)	5	1	5
14	0	5	2	0	2
18					
21	13	4	5	0	7

Apêndice N - Total dos termos levantados na 40ª Reunião Anual ANPED (2021)

GTs	Pobre	Pobreza	Desigualdade Social	Bolsa Família	Total de textos
2	4(2)	4(1)	0	0	6
3	21(1)	9	8	0	7
5	3	3	1	2	5
6	7	8(2)	8	0	7
9	9	10	6	6(1)	8
13	1	1(1)	5(2)	0	6
14	21(4)	4	9(1)	9	10
18	4	3	6	3	8
21	7	1	2	2	6